

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia

INFORMALIDADE

Comportamento do setor informal em Anápolis/GO
(1986-2002)

ADRIANA DIAS SILVA

Orientadora:

Professora Dra. MARIA DO AMPARO ALBUQUERQUE AGUIAR

GOIÂNIA

2.002

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INFORMALIDADE

Comportamento do setor informal em Anápolis/GO
(1986-2002)

ADRIANA DIAS SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais/FCHF, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Sociologia, sob a orientação da Professora Dra. Maria do Amparo Albuquerque Aguiar.

GOIÂNIA

2.002

INFORMALIDADE

Comportamento do setor informal em Anápolis/GO

(1986-2002)

ADRIANA DIAS SILVA

Dissertação defendida e aprovada aos _____ de
_____ de 2002, pela Banca
Examinadora composta pelos professores:

Professora Dra. Maria do Amparo Albuquerque Aguiar (Orientadora)

Universidade Federal de Goiás

Professora Dra.

Universidade Federal de Goiás

Professora Dra. Genilda D'arc Bernardes

Universidade Federal de Goiás

Muitas pessoas foram importantes para a realização deste trabalho. Neste particular cumprem destacar os seguintes colaboradores, aos quais dirijo,

Meus agradecimentos:

Aos Professores: Dra. Genilda D'arc Bernardes, doutora em Sociologia e , agradeço a participação na banca de defesa de minha dissertação.

À professora Dra. Maria do Amparo Albuquerque Aguiar, minha orientadora, por nossas discussões sempre proveitosas e estimulantes, e que através de suas intervenções generosas, articuladas a críticas rigorosas, transmitiu-me segurança para avançar nas ponderações que se seguem.

Ao professor MS. Augusto César, da FAEE – Faculdade da Associação Educativa Evangélica, meu professor de graduação, grande incentivador do meu ingresso no Mestrado, e que me fez acreditar que tal empreitada seria possível.

Às professoras Dra. Genilda D'arc Bernardes e Dra. Nei Clara de Lima pelas contribuições dadas, visando o enriquecimento de aspectos importantes, no exame de qualificação.

À todo os professores que compõem o Programa de Mestrado em Sociologia, pelo aprofundamento teórico que me proporcionaram, através dos conhecimentos transmitidos.

Aos funcionários da Biblioteca Municipal de Anápolis, e da Biblioteca da UEG – Universidade Estadual de Goiás em Anápolis, pela eficiência de seus serviços, sempre que os solicitei.

À todas as pessoas que participaram do processo de pesquisa, através do preenchimento dos questionários, e às pessoas que me cederam Entrevistas, em especial, o Sr. João Vaz (Presidente da Associação da Feira Artesana), o Sr. Robson Torres

(Coordenador Tributário Município), e o Sr. Ricardo de Jesus (Chefe de Fiscalização de Postura-superintendência de Fiscalização).

Ao Sr. José Ricardo, da Imobiliária JR Imóveis, proprietário da área onde está instalado o Shopping dos Bonecos, – parte integrante da Amostra deste trabalho, – pelas informações que contribuíram sobremaneira para a realização da pesquisa.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal, em especial os pertencentes aos Departamentos de Tributação, Procuradoria, Postura e Mapoteca, que auxiliaram na “garimpagem” de dados tão escassos sobre o assunto abordado nesta pesquisa.

Aos meus parentes mais próximos, em especial minha mãe, irmão e cunhada: Norma, Washington e Andréia; e especialmente ao meu querido Wanderley, agradeço o amparo afetivo.

Para levar a termo a pesquisa, contei com uma bolsa concedida pela CAPES, elemento fundamental para a minha dedicação exclusiva ao Programa de Mestrado.

Dentre as várias pessoas que me auxiliaram, direta ou indiretamente, e que porventura não tenham sido citados.

A todos, muito obrigada.

A.D.S.

Goiânia/GO, 2.002.

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo I

Transformações econômicas e políticas no mundo e no Brasil

1. Da transição do Fordismo para o regime de acumulação flexível
2. Difusão limitada do Fordismo nos Países do Terceiro Mundo
 - 2.1. Mudanças na Economia Brasileira – do Golpe Militar à Crise dos Anos Oitenta
3. A Informalidade no Brasil
 - 3.1. Cidade, Migração e o Mercado Informal
 - 3.2. Declínio do Emprego Formal e Crescimento da Informalidade no Brasil
 - 3.2.1. Da Redução do Emprego Formal
 - 3.2.2. Do Crescimento do Setor Informal

Considerações finais

Capítulo II

O Estudo de Goiás no contexto brasileiro

1. Crescimento populacional do Estado
2. Economia goiana e suas potencialidades
 - 2.1. Considerações gerais sobre a economia goiana
 - 2.2. A economia goiana: 90 a 2000
 - 2.2.1. Posicionamento econômico do Estado nos aspectos regional e nacional
 - 2.2.2. Arrecadação de ICMS em Goiás
 - 2.2.2.1. Goiás e o seu mercado consumidor
 - 2.2.3. Economia informal urbana no Estado
 - 2.2.3.1. Financiamento das atividades informais
 - 2.2.3.2. Aumento da informalidade em Goiânia – Camelôs
 - 2.2.3.3. Principais feiras livres de Goiânia

Considerações finais

Capítulo III

O mercado informal em Anápolis/GO

1. Breve histórico em Anápolis/GO

1.1. O DAIA – Distrito Agro-Industrial de Anápolis

Anexos

Introdução

O presente estudo tem como objetivo central a análise do mercado informal na cidade de Anápolis/GO, como o intuito de descrever as peculiaridades deste setor na economia anapolina, bem como delinear o perfil do trabalhador que se ocupa de atividades informais, ligados ao comércio de mercadorias.

Através de uma perspectiva mais inclusiva, o trabalhador informal insere-se na temática das transformações ocorridas nas relações de produção, que se verificam em escala global desde a década de 70, com a transição do fordismo para o processo de acumulação flexível. Isto ocorre, em grande medida, dada às novas exigências do mundo do trabalho que passa a demandar, – devido às transformações tecnológicas ocorridas –, um novo perfil de trabalhador.

Como conseqüências sociais e econômicas negativas, surgem em âmbito mundial, categorias de trabalhadores terceirizados e subempregados, e relegados à sorte de conseguirem um posto de trabalho no mercado formal, postos que por sua vez tendem a reduzir-se cada vez mais.

Dentre as conseqüências sociais surge também em larga escala, o desemprego estrutural¹ que obriga vários trabalhadores a dirigirem-se a novas alternativas de trabalho e sobrevivência, dentre as quais temos a atividades informais, que vão surgindo em nome da globalização da economia e da modernização da indústria de maneira geral.

A generalização do processo de industrialização à partir do fordismo, pode ser apontada como uma das causas que levaram ao crescimento das cidades. O inchaço das cidades, causado via fluxo migratório – notadamente

provenientes do campo - fez com que o mercado informal no meio urbano fosse ampliado consideravelmente.

A migração campo-cidade, por sua vez, acaba gerando uma situação de confronto da população de origem rural com o meio urbano. Este confronto traz consigo uma série de conseqüências que vão desde o processo de ressocialização, – que requer a aprendizagem de novos padrões de comportamento, e a incorporação na esfera da economia urbana, incorporação esta que pode ser dificultada, visto que o homem do campo quase sempre não possui qualificação compatível com a do cidadão. A cidade impõe novo ritmo de trabalho, uma espécie de racionalização do orçamento doméstico, a individualização do trabalho, enfim, impõe o ajustamento do migrante nos moldes urbanos.

Para o trabalhador rural, a migração surge como uma perspectiva de melhoria de vida, uma possibilidade de equilíbrio entre as necessidades e a remuneração do trabalho. No entanto, a realidade demonstra a incapacidade da economia de países como o Brasil, de oferecer empregos regulares à sua população em idade de trabalhar, pois existe uma grande parcela de trabalhadores que acabam se dirigindo ao chamado setor informal. O migrante precisa então urbanizar seus conhecimentos, interiorizando dentre outros, regras e valores desenvolvidos na cidade.

Vários fatores contribuem então, para o crescimento das atividades informais, dentre eles destacaremos as mudanças econômicas e políticas ocorridas nos países centrais e que influenciaram os países da periferia, especialmente o Brasil, o desemprego, o processo de migração, a não-qualificação da maioria dos trabalhadores e a terceirização ocorrida nas empresas. As conseqüências geradas por estas alterações serão tratadas em três capítulos.

No primeiro capítulo enfocaremos as mudanças provocadas pela crise do fordismo e pela inauguração de um novo sistema produtivo dada a flexibilização da economia. Seguiremos com a abordagem da economia informal no Brasil, a fim de verificarmos a transformação deste processo de mudança e em que medida influenciou a vida da população brasileira.

No segundo capítulo, demonstraremos as potencialidades do Estado de Goiás, Estado onde esta localizada a cidade de Anápolis, onde daremos atenção aos aspectos ligados ao crescimento do Estado, suas principais atividades econômicas, e participação no cenário nacional, abordando ainda questões de arrecadação de ICMS e aumento populacional. Seguiremos com a demonstração da economia informal no Estado e sua ampliação, destacando as principais feiras livres existentes na capital.

O terceiro e último capítulo constitui especificamente o estudo dos trabalhadores informais na cidade de Anápolis, onde destacaremos os aspectos históricos ligados ao surgimento da cidade e seu crescimento, dados sobre sua população, para então aprofundarmos na reflexão do mercado informal anapolino, apontando as suas especificidades, e caracterizando o perfil do trabalhador que exerce atividades, informais, especificamente em locais fixos, como os casos analisados no Shopping Popular Municipal, no Shopping dos Bonecos e na Feira Artesana.

Os dados utilizados nesta pesquisa foram obtidos através de fontes oficiais, tais como Censos Demográficos, e resultados fornecidos pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – via Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD). O Terceiro capítulo foi desenvolvido a partir da aplicação de 58 questionários, que foram respondidos pelos trabalhadores informais, e que desenvolvem suas atividades nos locais indicados acima, que são os camelos e feirantes.

Foram realizadas ainda 03 entrevistas abertas, sendo duas ligadas a pessoas que estão relacionadas aos órgãos competentes do município, e que cuidam da fiscalização e tributação do setor informal. A outra entrevista foi direcionada ao representante dos pequenos comerciantes da Feira Artesana além de dados fornecidos por informantes em caráter extra-oficial, que pediram para não serem identificados.

Estes procedimentos utilizados para a coleta dos dados da pesquisa foram fundamentais para o andamento do estudo, pois o município não conta com arquivos ou dados sistematizados sobre a economia informal, tendo a sua análise dificultada ainda por impedimentos de natureza política, que obscurecem sobremaneira o entendimento de corrupção e favorecimentos pessoais a que estão relegados os representantes ligados aos órgãos competentes do município, no que diz respeito à composição dos camelódromos.

Para finalizarmos, traremos algumas considerações à Guisa de Conclusão, a fim de fornecermos alguns elementos que propiciem uma reflexão sobre o assunto abordado neste estudo.

Resumo

As mudanças econômicas e políticas que nortearam os países centrais e os da periferia, a partir da década de 70, em que o modo de produção denominado fordismo entra em crise, dando lugar a uma nova forma de se produzir através de flexibilização dos processos produtivos, passam a exigir um novo perfil de trabalhador.

Aliados a isto, somam-se a globalização da economia, o crescimento das cidades, seguidos de um enorme fluxo migratório campocidade, aumento do desemprego, do subemprego, dentre outros fatores, que acabam gerando vários problemas sociais.

Surge neste contexto a figura de um trabalhador que obtém sua sobrevivência através de atividades informais, atividades estas que se multiplicam e espalham-se por todos os lugares e que, de um lado absorve trabalhadores que não conseguiram uma ocupação no mercado formal, – que se reduz a cada dia via flexibilização/terceirização, – mas que, por outro lado, leva milhares de pessoas a trabalharem sem cessar, sem ter o amparo oficial da legislação trabalhista.

É uma alternativa de sobrevivência buscada por pessoas que preferem trabalhar de forma autônoma, como os profissionais liberais, como também pessoas sem nenhuma qualificação, e que vêm neste setor a única fonte de renda.

Estas novas ocupações informais surgiram também em decorrência do aumento do setor terciário/serviços. De um lado, estão as empresas, que visam a ampliação do seu capital, o que as fazem investir em tecnologia, dispensando grande número de trabalhadores que são substituídos

pelas máquinas, e ainda reduzindo os custos operacionais da produção por meio da terceirização e subproletarização do processo produtivo.

De outro lado estão os trabalhadores, que se vêem numa situação conflituosa, onde os que possuem mão-de-obra qualificada conseguem ocupar postos formais de trabalho, e os não-qualificados ou participam do processo como subempregados de empresas terceirizadas, ou aceitam um salário reduzido em postos formais, ou passam ainda a engrossarem a economia informal, seja como única fonte de trabalho, seja para a complementação da renda familiar.

Tudo isto em nome do desenvolvimento...

1 – Transformações Econômicas e Políticas no Mundo e no Brasil

Para percebermos as modificações ocorridas no processo de acumulação capitalista, – que será enfocada à partir do regime fordista até sua transição para o regime de acumulação flexível, - iremos demonstrar os acontecimentos ocorridos nos países do centro, buscando verificar os reflexos destas alterações na América Latina, mais especificamente no Brasil.

Iniciaremos esta abordagem à partir das análises feitas por Harvey quando ele busca explicar as formas que permitem o funcionamento do sistema capitalista, bem como a sua reprodução.

Em suas colocações ele percebe que no mundo Ocidental ainda persiste a prática que leva em conta a produção em função de lucros, como princípio básico de organização da vida econômica. O problema que surge com estas alterações é no sentido de fazer com que o comportamento de todos os indivíduos, sejam eles capitalistas, trabalhadores ou outro tipo de ator que faça parte do processo político-econômico assuma a configuração que permite o funcionamento do regime de acumulação.

No período de expansão pós-guerra, compreendido entre 1945 e 1973 foram aplicadas algumas práticas de controle não só do trabalho, mas também das tecnologias, bem como práticas de consumo e determinações de poder nos planos político e econômico. Esse período é chamado fordista-keynesiano, que por sua vez, entra em crise em 1973, inaugurando um novo regime de acumulação “flexível”.

O fordismo se estendeu por quase meio século, em decorrência de inúmeras decisões individuais, corporativas, institucionais e estatais, derivadas em sua maioria de escolhas políticas feitas ao acaso ou respondendo-se de maneira improvisada às crises do capitalismo.

No que diz respeito à difusão do sistema fordista, há nos anos entre-guerras dois entraves principais. O primeiro refere-se à difícil aceitação deste tipo de produção que propunha a familiaridade a um trabalho rotinizado, e um trabalho que proporcionava um grande controle dos trabalhadores em relação ao processo produtivo, sendo então necessária uma alteração das relações de classe para possibilitar a difusão do fordismo na Europa.

O segundo diz respeito à intervenção do Estado, o que levou a elaboração de um novo modo de regulamentação que se adequasse aos requisitos da produção fordista, problema que fora solucionado somente depois de 1945, levando o fordismo à maturidade como regime de acumulação.

Obteve-se um longo período de expansão pós-guerra que se estendeu até 1973. O fordismo aliou-se ao Keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões em âmbito mundial.

Mesmo no apogeu do sistema fordista verifica-se alto grau de insatisfação, visto que nem todos eram atingidos pelos seus benefícios, sendo assim,

“as desigualdades resultantes produziram sérias tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos – movimentos que giravam em torno da maneira pela qual a raça, o gênero e a origem étnica costumavam determinar quem tinha ou não acesso ao emprego privilegiado” (Harvey, 1993: 132).

Nesse contexto devemos acrescentar o descontentamento do Terceiro Mundo devido à forte opressão via domínio capitalista, em troca de ganhos irrisórios em termos de padrão de vida e de serviços públicos, exceto no que diz respeito à elite nacional que colaborou com o capital estrangeiro.

De 1965 a 1973 o fordismo e o keynesianismo de uma maneira geral, são incapazes de conter as contradições do capitalismo. Em meio a estes problemas, a tentativa de resposta ocorre via política monetária com a emissão de moeda, na tentativa de manter a economia estável, gerando uma onda inflacionária que aprofunda a expansão pós-guerra.

As décadas de 70 e 80 representam um período de reestruturação econômica e de reordenamento social e político, situação esta que desencadeia a passagem para um novo regime de acumulação, que se confronta com a rigidez do fordismo.

Esta nova forma de acumulação chamada de acumulação flexível

“se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. (...) A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, (...) criando (...) um vasto movimento no emprego chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas” (Harvey, 1993: 140).

A acumulação flexível envolve ainda um novo movimento conhecido por “compressão do espaço-tempo”, movimento este que gera o estreitamento da tomada de decisões nas esferas pública e privada, enquanto a comunicação via satélite, bem como a redução dos custos de transportes ampliam espacialmente a difusão destas decisões.

A flexibilidade e a mobilidade deste novo processo permitem aos empregadores um maior controle sobre o trabalho, além disso,

“a acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego ‘estrutural’” (...), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais (...) e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista” (Harvey, 1993: 141).

Ocorre ainda uma radical reestruturação no mercado de trabalho, em que os padrões passam a executar regimes e contratos de trabalho mais flexíveis; isto decorre do enfraquecimento dos sindicatos, bem como da ampla disponibilidade de mão-de-obra excedente que inclui desempregados e subempregados.

Amplia-se também a utilização do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado em decorrência da redução aparente do emprego regular.

Nesta estrutura do mercado de trabalho, temos a existência de dois grupos de trabalhadores: o grupo chamado centro e o grupo chamado periferia, que por sua vez, se subdivide em dois subgrupos, e, envolvendo esta estrutura temos a presença dos autônomos, da subcontratação, do aumento dos deslocamentos, bem como das agências dos temporários.

O centro é o grupo que mais diminui, sendo composto dos empregados que trabalham em tempo integral e gozam de maior segurança no trabalho. Este grupo deve ser adaptável, flexível e móvel geograficamente falando, nisto que,

“os custos potenciais da dispensa temporária de empregados do grupo central em época de dificuldade podem (...) levar a empresa a subcontratar mesmo para funções de alto nível” (Harvey, 1993: 144).

O primeiro subgrupo que compõe a periferia possui empregados em período integral com habilidades disponíveis em grande proporção no mercado. Com menos acesso às possibilidades de carreira, caracteriza-se por uma rotatividade elevada, tornando as reduções da força de trabalho facilitadas em detrimento do desgaste natural.

O segundo subgrupo apresenta uma flexibilidade maior do que o primeiro e inclui os empregados que trabalham em tempo parcial, os empregados casuais, os que são contratados por período determinado, temporariamente, os subcontratados e os que passam por treinamento com subsídio público. Este subgrupo possui menor segurança e como categoria demonstra um crescimento considerável nos últimos anos.

O mercado de trabalho tende atualmente a reduzir os trabalhadores centrais, empregando-se crescentemente uma força de trabalho que entra com facilidade e pode ser demitida sem custos quando se faz necessário.

A transformação da estrutura do mercado de trabalho teve como paralelo, mudanças importantes na organização industrial, como por exemplo

“a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (...) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não como apêndices do sistema produtivo. (...) O rápido crescimento de economias “negras”, “informais” ou “subterrâneas” também tem sido documentado em todo o mundo capitalista avançado, levando alguns a detectar uma crescente convergência entre sistemas de trabalho “terceiromundistas” e capitalistas avançados” (Harvey, 1993: 145).

No que diz respeito ao aumento do emprego no setor de serviços, à partir do início dos anos 70, ocorre a modificação no consumo, na produção, na reunião de informações, bem como no financiamento. Isto se deve ao fato de que, a estética fordista, que mantinha certa estabilidade, cedeu espaço à instabilidade da acumulação flexível. Inaugura-se uma estética que propõe a mercadificação de formas culturais, remetendo ao efêmero, ao espetáculo e à moda.

Temos ainda dois acontecimentos importantes no desenvolvimento do capitalismo, num movimento de resposta às mudanças ocorridas no trabalho, no consumo, na tecnologia, dentre outros aspectos. O primeiro acontecimento é a feição adquirida pelas informações, que passam a ser encaradas como mercadoria de grande valor, porque o acesso e o controle informacional sobre mudanças no mercado, de uma forma geral, tornam-se essenciais no que diz respeito à competitividade.

O segundo acontecimento refere-se à reorganização do sistema financeiro e o surgimento de poderes ampliados de coordenação financeira, criando-se um mercado mundial único de dinheiro e de crédito.

Atualmente o Estado se apresenta numa posição muito mais problemática, porque, ao mesmo tempo que tem como obrigação regular as atividades do capital corporativo ao interesse da nação, deve ainda atrair capital financeiro e conter a sua fuga.

Sob a nova configuração do mercado de trabalho, torna-se evidente que

“(...) o enorme crescimento das práticas de trabalho do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo. Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles” (Harvey, .993: 175).

2 – Difusão Limitada do Fordismo nos Países do Terceiro Mundo: Mudanças na Economia Brasileira:

Após termos tratado das alterações ocorridas nos países do centro, passaremos a verificar quais foram as influências herdadas pelos países terceiromundistas, particularmente pelo Brasil.

O fordismo, que nos países centrais visava obter produção e consumo em massa, se expandiu para a América Latina na forma do nacional-desenvolvimentismo. No caso brasileiro a intenção era a de sair do modelo primário exportador para uma fase de industrialização, fase esta encarada como se pudesse ser a resolução de todos os problemas advindos do meio urbano e do campo.

Para essa finalidade, contou com os estudos empreendidos pela CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, mas os acontecimentos demonstraram que esta não seria a solução; a indústria acaba não resolvendo os problemas e as pessoas do campo passam a se dirigir para as cidades e não são absorvidas no mercado de trabalho, embora a industrialização se tenha concretizado.

Desta forma, percebemos que a crise do fordismo ocorreu quase concomitantemente com a crise do nacional-desenvolvimentismo, sendo o desenvolvimentismo altamente contaminado pelo fordismo e os trabalhadores não qualificados, ao não serem absorvidos pelo mercado caíram na informalidade.

Ao tratar dos problemas resultantes da industrialização no Terceiro Mundo, Lipietz argumenta que, com a crise dos anos trinta inaugura-se em alguns regimes populistas da América Latina, a política de substituição de importações.

Conceitualmente

“trata-se de inverter a receita das exportações primárias na indústria de bens de consumo, ao comprar os bens de capital do centro e proteger, por fortes barreiras alfandegárias, as indústrias nascentes. Espera-se poder depois adotar a mesma estratégia para a produção dos bens duráveis e dos bens de capital” (Lipietz, 1988: 77).

Apesar dos problemas e limitações estes países conseguiram alcançar transformação, à partir do

“desenvolvimento de uma classe operária, de camadas médias e de um capital industrial modernos. É possível, ao nos referirmos a isto, falarmos de subfordismo; em outras palavras, de uma caricatura de fordismo, uma tentativa de industrialização de acordo com a tecnologia e o padrão de consumo fordiano, mas sem as condições sociais, nem do lado do processo de trabalho, nem do lado do padrão de consumo das massas” (Lipietz, 1988: 78).

No tocante à difusão limitada do fordismo central, vemos a combinação de dois fatos que possibilitaram nos anos sessenta a retomada do processo de difusão-integração internacional das relações capitalistas, caracterizado pelo aumento das exportações e importações na produção interna.

Primeiramente temos a procura por ganhos de produtividade via ampliação da escala de produção, bem como a busca de regiões oferecendo salários reduzidos.

Num segundo momento, percebe-se a necessidade de que essas regiões dispusessem de regimes políticos onde as classes dominantes tivessem à sua disposição uma mão-de-obra “livre”, isto no entanto implica num difícil processo de mobilização para a formação de uma classe destinada à indústria, dificultando sobremaneira a escolha desta estratégia pelos regimes políticos locais.

Em alguns países, como no caso do Brasil, nos anos setenta ocorre o surgimento do “fordismo periférico”, proveniente da união de um capital autônomo local, de classes médias urbanas e de embriões de uma classe operária experiente, que conferem autonomia ao Estado em relação às classes dominantes tradicionais.

Lipietz caracteriza o “fordismo periférico” como um

“fordismo autêntico, com um verdadeiro processo de mecanização e um acoplamento da acumulação intensiva e do crescimento dos mercados do lado dos bens de consumo duráveis” (Lipietz, 1988: 97).

Ao tratar do Nacional-Desenvolvimentismo, Mantega nos indica que a ideologia apregoadada pelo desenvolvimentismo influenciou, de maneira considerável, todo o pensamento latino-americano, assim como a economia política adotada no Brasil. Esse ideário, segundo Mantega, empolgou boa parte da intelectualidade latino-americana nos anos 40 e 50, e se constituiu na bandeira de luta de um conjunto heterogêneo de forças sociais favoráveis à industrialização e à consolidação do desenvolvimento capitalista nos países de ponta desse continente.

A doutrina desenvolvimentista exigia uma maior participação do Estado na economia, que deveria levar em conta um planejamento de ordem global com vistas a facilitar a industrialização nacional.

O nacional-desenvolvimentismo consistia num

“nacionalismo que não excluía a chamada “colaboração internacional” no desenvolvimento brasileiro, e que se preocupava em valorizar a estrutura socio-econômica nacional e dotá-la de dinamismo próprio. Nesse sentido, até cabia a participação de capitais e empresas externas, que seriam bem-vindos quando se empenhassem em tais objetivos” (Mantega, 1984: 29).

Para transformar os países periféricos, em grande medida ainda agroexportadores, em nações desenvolvidas e com maior autonomia, a ideologia desenvolvimentista via como necessário o incremento da participação do Estado na economia, por meio de um planejamento global, de modo a facilitar o advento da industrialização nacional. Nesse sentido, o desenvolvimentismo não se limitou às fronteiras da produção teórica acadêmica, mas enveredou para o campo da política econômica e do planejamento.

Nesse contexto surgiam as sementes do intervencionismo ou dirigismo econômico que iriam frutificar nos vários países capitalistas, inclusive nos mais atrasados, dividindo a economia política burguesa em pelo menos duas grandes correntes relativamente antagônicas: o intervencionismo e o liberalismo econômico.

No caso brasileiro, temos de um lado, na defesa do intervencionismo, a figura de Roberto Simonsen, líder da Federação das Indústrias de São Paulo; o liberalismo econômico, por sua vez, tinha como defensor Eugênio Gudín, diretor de empresas estrangeiras de serviços. Este embate tem início na década de 30, e acentua-se na década de 40 através da polêmica travada entre Simonsen e Gudín.

Teoricamente falando, Roberto Simonsen propunha um Estado de compromisso assentado na conciliação, ferindo minimamente os interesses econômicos das oligarquias exportadoras. Este posicionamento visava

“um avanço mais acentuado da industrialização por meio da proteção tarifária e com base na infra-estrutura a ser proporcionada pelo Estado, mantida a importância do setor exportador” (Mantega, 1984: 27).

2.1 – Mudanças na Economia Brasileira – do Golpe Militar à Crise dos Anos Oitenta:

Entre 1964 e 1984 o Brasil passa do período considerado “milagre” brasileiro para a crise dos anos 80, tendo no campo político a presença do autoritarismo e no campo econômico várias oscilações.

Politicamente temos o fim do Estado populista e o início do autoritarismo por parte dos militares que impedem a participação popular.

Da postura assumida pelo Estado, no período populista, e durante a transição econômica, de agrário-exportadora para industrial, podemos destacar duas características: a primeira é marcada por um intervencionismo industrializante através da política de desenvolvimento, e a segunda advém da incorporação das massas urbanas a fim de dar sustentação ao Estado, através de uma política de ordem.

O governo militar enfrentou várias manifestações de resistência , ao lado de grandes dificuldades no desenvolvimento da economia. Com o fim do regime militar dá-se início à chamada “Nova República”.

Apesar da tentativa, “o modelo de desenvolvimento havia conseguido levar a industrialização a “seu estágio final”, mas não conseguiu internalizar o progresso técnico nem tampouco uma indústria capaz de enfrentar a concorrência internacional” (Gremand: 1997, 196).

Vimos também que o mundo do trabalho passa por uma transição: fordismo – flexibilização da economia, que inaugura um novo modo de trabalho, que exige um novo perfil de trabalhador, assim como novas relações de trabalho. Dentre as conseqüências trazidas por este processo, temos, como vimos anteriormente, o crescimento do setor terciário, com ampliação dos serviços, e que acaba abarcando formas alternativas de trabalho e sobrevivência: o surgimento em larga escala de atividades informais, atividades que por sua vez se alastram por todos os lugares, passando a fazer parte do cenário das cidades, sejam elas pequenas ou grandes.

Serão abordados, à partir de agora dados pertinentes à análise central deste estudo, ou seja, o mercado informal nos âmbitos nacional e goiano, para obtenção de subsídios na análise deste mercado na cidade de Anápolis.

3 – A Informalidade no Brasil:

A partir da década de 80, o problema da informalidade passou a fazer parte de uma ampla discussão, no que concerne às políticas governamentais em planejamento econômico. Num período em que a economia nacional experimentou uma fase de longo prazo bastante crítica, – após ter passado por três décadas de desenvolvimento, – atravessando períodos cíclicos de estagnação, alta inflacionária e crescimento do desemprego.

Neste período, a fronteira do que é formal foi rompida, exigindo novos cálculos para determinar o tamanho da economia nacional, já que os períodos de instabilidade econômica promovem o desenvolvimento dessas atividades pela simples necessidade de sobrevivência. A determinação do tamanho da economia não seria feita facilmente, visto que as atividades mediante critérios utilizados tradicionalmente.

No decorrer dos anos 70 discute-se o conceito de economia informal, afim de servir ao propósito de caracterizar as atividades de pequeno porte voltadas, à geração de renda e sobrevivência aos novos moradores das cidades, que afluíram aos centros urbanos em função do êxodo rural, provocado pela modernização das cidades e pela oportunidade de emprego nas atividades ditas industriais.

Esta noção, logo a seguir, também acabou por ser ampliada, incluindo-se o conjunto de pequenas atividades já conhecidas de caráter duradouro. Incluídas também as inovadoras de ocorrência natural e espontânea, que permaneciam à margem da legalidade, das leis comerciais, fiscais e trabalhistas e, também, dos cálculos estatísticos.

Entretanto, a certeza de que a informalidade era algo passageiro, verificada apenas em épocas de instabilidade econômica, já não sensibilizava aos estatísticos e aos órgãos governamentais, encarregados das contas nacionais, que resolveram lançar mão de maneira crescente, de novas pesquisas que pudessem contribuir para a mensuração do fenômeno, pois o setor informal da economia brasileira estava, independentemente da estabilidade ou instabilidade econômica, em franco crescimento.

Em termos conceituais, o setor informal pode ser entendido por

“unidades econômicas que produzem bens e serviços e que trabalham em pequena escala, com baixo nível de organização e uma tênue divisão entre trabalho e capital, relações de trabalho que cobrem estreitamente as relações de parentesco, relações pessoais, sociais, relações muito mais ocasionais do que permanentes” (Hugon, 1997:68-9).

De acordo com Lopes (1996), dentre as atividades consideradas informais, temos as que destinam-se ao comércio de mercadorias, que atualmente pode ser exercido interna ou externamente. No primeiro caso ocorre no interior das residências, escritórios ou fábricas clandestinas. Já no segundo caso, realizam-se em espaços públicos. Podem ser ainda nacionais ou internacionais, sendo o primeiro caso quando abrange somente empresários e trabalhadores locais, e o segundo, quando inclui empresários ou trabalhadores imigrantes irregulares.

Como resultado, as estruturas das cidades e organizações urbanas estão sendo transformadas a mercê desse fenômeno da informalidade, que tende a criar novos paradigmas às economias abertas e convencionais, antes formais. Pois o seu crescimento acelerado, sem o devido controle, exige eficiência e rapidez na tomada de decisões, em termos de políticas públicas, que mantenham um certo controle legal dessas atividades.

As conseqüências advindas da onda de reestruturação produtiva, que já vinha ocorrendo no mundo industrializado, dadas por novas formas de gestão do trabalho, flexibilização, terceirização, vem sinalizando uma economia incompatível com a geração de empregos ao nível exigido pelo mercado de trabalho brasileiro.

A utilização de novas tecnologias diminui, a cada dia, a necessidade de trabalho manual, o que faz crescer o índice de desemprego no país (Tabela 1).

Tabela 1 – Taxa de desemprego no Brasil (1990-1998):

Ano	Taxa de desemprego (%)
1.990	3,93
1.991	4,15
1.992	4,50
1.993	4,39
1.994	3,42
1.995	4,44
1.996	3,82
1.997	5,66
1.998 ^(*)	7,00

Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

^(*) Projeção para o período.

Como vimos na tabela o índice de desemprego apresenta oscilações na década de 90, embora apresente algumas sensíveis reduções, a tendência segue em direção ao seu crescimento, apontando uma frequência média de 4,59% no período considerado.

Os números de exclusão de mão-de-obra ativa do mercado de trabalho chegam a ser alarmantes, pois os excluídos socialmente

“chegam a 59,0% são pessoas que estão à margem de qualquer meio de ascensão social” (Folha de São Paulo, 13.07.1997:12).

A baixa qualificação do trabalhador brasileiro, também é fator de desemprego, uma vez que a difusão e a assimilação de tecnologia de ponta nos processos industriais globalizados, requer, como pré-requisito, o aperfeiçoamento cada vez maior da mão-de-obra ativa, o que torna-se preocupante visto que

“na escola, a esmagadora maioria (86,0%) desses brasileiros não foi além da 8ª série do 1º grau” (Folha de São Paulo, 15.07.1997: 12).

O desequilíbrio do nível de emprego na economia brasileira, pode historicamente ser derivado, dentre outros aspectos, da existência de um exercito de reserva de mão-de-obra, em função do crescimento demográfico, particularmente das pessoas em idade ativa.

A desqualificação da mão-de-obra de boa parte da população, se traduz em baixos salários e rendimentos, considerando-se as unidades familiares. Além das desigualdades regionais internas e o acelerado processo migratório para os centros urbanos, acarretando mais desemprego no perímetro urbano, onde a modernização das cidades e a mecanização do campo contribuíram para o êxodo rural, provocando o aumento da urbanização acima da oferta de emprego.

À partir de agora será demonstrado em que medida ocorreu a redução dos postos formais de trabalho e a conseqüente ampliação do setor informal.

3.1 – Cidade, Migração e o Mercado Informal:

Após a abordagem das mudanças econômicas e políticas que nortearam os países centrais e os da periferia, especialmente o Brasil, serão destacados em meio a estas alterações, alguns elementos que apresentam relevante importância para esse estudo.

A generalização do processo de industrialização à partir do desenvolvimentismo, pode ser apontado como um dos principais fatores do crescimento das cidades. O

inchaço das cidades, causado via fluxo migratório – notadamente provenientes do campo – engrossam o mercado informal como alternativa de sobrevivência encontrada pelos que não conseguem ser absorvidos pelas atividades urbanas formais.

Quanto ao primeiro aspecto apontado, - referente ao crescimento das cidades, - propõe-se verificar de que forma este crescimento e os problemas dele resultantes contribuem para a mudança das relações interpessoais, de modo especial nos meios de sobrevivência (trabalho). Para isto, iremos tratar da relação existente entre o processo migratório e o mercado informal no meio urbano.

Em relação à migração campo-cidade vemos uma situação de confronto da população de origem rural com o mundo urbano. Este confronto traz consigo uma série de conseqüências que vão desde o processo de ressocialização – que requer a aprendizagem de novos padrões de comportamento (social, político, econômico, etc) e a aquisição de novos enfoques simbólicos, - à incorporação na esfera da economia urbana, incorporação esta que pode ser dificultada visto que o homem do campo quase sempre não possui qualificação compatível com a do cidadão. A cidade impõe novo ritmo de trabalho, uma espécie de racionalização do orçamento doméstico, a individualização do trabalho, enfim, impõe o ajustamento do migrante nos moldes urbanos. Para o trabalhador rural, a migração se apresenta como uma tentativa de melhoria de vida, uma possibilidade de equilíbrio entre as necessidades e a remuneração do trabalho. No entanto, a realidade demonstra a incapacidade da economia de países como o Brasil, de oferecer empregos regulares à sua população em idade de trabalhar, pois existe uma parte considerável da força de trabalho que sobrevive no chamado setor informal – este setor por sua vez, representa o nosso objeto central de análise. O migrante precisa então urbanizar seus conhecimentos, interiorizando dentre outros, regras e valores desenvolvidos na cidade.

No que diz respeito ao processo migratório Durham contribui para a nossa abordagem, ao apontar quais os motivos relacionam-se ao abandono do campo em busca de melhoria de condições de vida.

Ela chama a nossa atenção para o fato de que os deslocamentos de população e a migração para a cidade não são fenômenos da nossa época, no entanto argumenta que a amplitude das migrações durante o século XX, assim como o ritmo acelerado do processo de urbanização apontam para transformações econômico-sociais profundas.

O trabalho irá representar elemento fundamental para o migrante, pois a sua permanência ou não na cidade vai depender da possibilidade de obter rapidamente um modo de ganhar a vida, mas, apesar das dificuldades encontradas na cidade, o migrante incorpora a idéia de que trabalhar por conta própria constitui uma das poucas oportunidades que possui.

Dentro do que foi exposto, é necessário deixar claro que o fluxo migratório é apenas um dos fatores que causam o crescimento da informalidade, e que a abordagem aqui proposta tem por objetivo tratar apenas da relação Cidade/Migração/Informalidade por entender que este enfoque contempla somente um dos contornos causados pelo crescimento das cidades.

Devemos observar ainda que o mercado informal não é formado especificamente pelo migrante, é também pelo cidadão que não encontra meios de ocupação em postos formais de trabalho, mas o recorte que contempla especialmente o migrante ocorre por este ser um ator característico deste processo.

A cidade pode ser considerada como um local que, por razões sociais, econômicas e históricas, se constitui num centro de convergências de processos e interesses das mais variadas ordens. À medida que as cidades se modificam, elas vão ditando novos padrões de vida; a cidade e o indivíduo interagem e um modifica o outro.

Elas apresentam uma cultura caracterizada por papéis sociais altamente fragmentados, assim como uma predominância de contatos marcados por uma superficialidade e isolamento, e ainda relações sociais com caráter transitório.

Para finalizar o enfoque dado à cidade – e para contemplar a migração em Goiás, bem como o crescimento da informalidade, – temos como suporte o filme *Koyaanisqatsi*, - produzido pela Look Vídeo, palavra utilizada pela tribo indígena Hopi, e que significa Uma Vida Fora de Equilíbrio ou Vida Louca. Na análise do filme iremos recorrer às considerações feitas por Simmel, quando ele trata do fenômeno urbano.

O filme enfoca modificações sucessivas, seja na natureza, seja na cidade, no homem e em seu modo e estilo de vida. Parte de uma perspectiva que tem por objetivo demonstrar exatamente o ritmo alucinante que o tempo e o espaço, bem como fatores diversos (econômico, político, social, cultural, e tecnológico) impõem às pessoas na urbanidade.

O recorte tempo-espacial que o filme utiliza é o moderno/ocidental/urbano, pois busca

“produzir uma (...) visão do que é a metálica e mecanicista vida moderna”, trazendo uma “nova idéia do convívio urbano” (Look Video, Koyaanisqatsi: 1983).

Simmel é um teórico das relações: sociedade/espço, e visam demonstrar a passividade do rural contraposto à complexidade da economia monetária e divisão do trabalho, fenômenos característicos da modernidade.

A vida moderna e a forma de vida que ela impõe acarreta problemas dos mais diversos aspectos, onde

“os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e da técnica de vida” (Simmel, 1967: 11).

Um aspecto interessante é que, mesmo havendo um contingente populacional considerável, o meio urbano faz com que o cidadão desenvolva uma postura solitária e cada vez mais individualizante, visto que o mundo metropolitano caracteriza-se por uma desvalorização crescente da essência humana, e a atitude comumente tomada pelos cidadãos é chamada por Simmel de reserva, onde

“a reserva e indiferença (...) e as condições de vida intelectual de grandes círculos nunca são sentidas mais fortemente pelo indivíduo (...) do que na multidão mais concentrada na grande cidade” (Simmel, 1967: 20).

Simmel aponta dois aspectos característicos da cidade: a divisão econômica do trabalho e a economia monetária na qual a metrópole sempre foi sede.

O filme Koyaanisqatsi demonstra em cenas maçantes, alucinantes, atordoantes, num filme breve mas que deixa, assim como Simmel, uma nova visão sobre a cidade e sobre as atitudes do homem cidadão. Demonstrem sobremaneira que a cidade é muito mais do que um espaço físico, ela é um local de relações sociais, econômicas, políticas, culturais, enfim, a vida nas cidades leva, de acordo com Simmel, à intensificação dos estímulos nervosos, dada a busca da individualidade do homem urbano, o que resulta numa atitude blasé, dada por uma aversão oculta (reserva).

Conceitualmente falando, a atitude blasé

“resulta (...) dos estímulos contrastantes que (...) são impostos aos nervos”. Assim, “uma vida em perseguição desregrada ao prazer torna uma pessoa blasé porque agita os nervos até seu ponto de mais forte reatividade por um tempo tão longo que eles finalmente cessam completamente de reagir” (Simmel, 1967: 16).

Após esta contribuição trazida seja por Simmel, seja por Koyaanisqatsi, podemos perceber que na metrópole existe a neurastenia (excitação dos nervos), resultante de muita informação, muito lugar aonde ir, muita gente... Não dá sequer para saber como vai a família!

O mundo moderno exige que o cidadão utilize o seu conhecimento na vida prática com criatividade para enfrentar um novo momento do mundo do trabalho. É a necessidade contínua de especialização e qualificação da mão-de-obra para a não-exclusão dos postos de trabalho formais, que alargam o desemprego e a marginalização do trabalho, resultando no crescimento dos postos informais de trabalho.

3.2 – Declínio do Emprego Formal e Crescimento da Informalidade no Brasil:

3.2.1 – Da Redução do Emprego Formal:

De acordo com o Ministério do Trabalho, a integração da economia brasileira ao processo de globalização competitiva e a conquista da estabilidade econômica foram os fatos econômicos mais importantes da primeira metade dos anos 90 no Brasil.

Em relação aos efeitos da globalização sobre o mercado de trabalho e os trabalhadores, é necessário separar os impactos de curto, médio e longo prazos. A curto prazo, existem custos sociais e econômicos de transição: desemprego e informalidade que exigem a atenção do Estado.

Os dados do CAGED – Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho, demonstram a eliminação de 2.560 milhões de empregos no setor formal, no período de janeiro de 1990 e dezembro de 1997, sendo que 60 % desses empregos eram ligados à indústria de transformação.

Essa queda do emprego na indústria pode ser analisada à partir de três aspectos: 1º) devido à substituição da produção doméstica de bens comercializáveis num plano internacional por importados; 2º) ganhos de produtividade que a indústria de transformação obteve para fazer frente aos concorrentes internos e externos, e; 3º) processo de terceirização dos serviços pela indústria que conduziu à transferência de postos de trabalho formais do setor para o terciário, formal e informal.

Neste contexto verifica-se que os ganhos de produtividade, importantes no processo de globalização para aumentar a competitividade da economia, geram efeitos perversos sobre o nível do emprego.

Nota-se ainda que, segundo pesquisa de emprego feita pela Fundação Seade e pelo Dieese, as pessoas encontraram outras formas de ganhar dinheiro. O trabalho assalariado está perdendo importância e vem crescendo, no Brasil, aquela economia que o IBGE não consegue registrar em sua totalidade.

Por este motivo o desemprego pode ser considerado um dos males da década de 90, em que

“o desemprego não cresceu apenas nas regiões industrializadas. Ele tem sido um fenômeno de todo país. O perfil atual do crescimento econômico brasileiro não será capaz de expandir o nível de emprego. A tendência é a manutenção do déficit entre a capacidade do país criar novas ocupações e o ingresso de novas pessoas no mercado de trabalho. O desemprego hoje atinge principalmente pessoas com menos de 25 anos e mais de 40 anos, com mais de 11 anos de escolaridade, que não são chefes de família, além de negros e daqueles que estão em busca do primeiro emprego” (O POPULAR, 23.04.1998:12).

A indústria por exemplo, “encolheu” em relação a mão-de-obra ativa, de 23,9% (jul/90) para 19,2% (set/95); a construção civil, de 7,2% para 7%. Diferentemente, o setor de prestação de serviços cresceu, de 47,9% para 51,2% e o comércio de 14,6% para 15,5%, seguindo dados do IBGE para as seis maiores regiões metropolitanas, envolvendo as maiores economias estaduais do país, o que indica mudanças significativas na formação setorial do mercado de trabalho.

Na indústria, com o fim de alguns postos de trabalho, houve uma elevação do nível de produtividade dos trabalhadores, pois, de jul/90 a abr/95, a produção cresceu 15,4% e a quantidade de trabalhadores em atividade industrial, caiu 18,8% no mesmo período, devido ao incremento da tecnologia.

Na realidade, isto justifica o crescimento significativo do setor informal da economia e do aumento da política de terceirização de atividades. Parte do parque industrial deixa de existir para dar lugar a ampliação do setor de prestação de serviços que descentraliza parte da indústria, abrindo espaços para as pequenas e microempresas, bem como para prestadores de serviços autônomos, pois

“no Brasil, as perspectivas não são boas para os trabalhadores. A política econômica adotada nos últimos anos, com forte dependência de investimentos internacionais e sujeito à instabilidade dos mercados internacionais, vem sinalizando um crescimento econômico incompatível com a geração de empregos ao nível exigido pelo mercado de trabalho. O país não escapou, nos anos 90, da onda de reestruturação produtiva que já vinha ocorrendo no mundo industrializado. Novas formas de gestão do trabalho, flexibilização, terceirização, tudo isso tem sido experimentado pelas empresas brasileiras. A mecanização do emprego pode ser considerada uma tendência que se afirma com a abertura de mercado e com o aumento da competitividade” (Ramalho, 1998: 11-12).

Entre 1990 e 1995, o trabalho informal aumentou em função do desemprego. Em 1982, os trabalhadores com carteira assinada representavam 57,7% do mercado de trabalho. Já em 1990, decresceu para 55,1%, e em 1995, eram apenas 47,8% dos agentes produtivos em atividade. Ou seja, o trabalhador informal passou a representar maior número de pessoas em idade disponível para compor o exército de mão-de-obra (IBGE/1999).

As empresas com no máximo 100 empregados, passaram a representar 63,0% dos empregos com carteira em 1995, ou seja, as micro e pequenas empresas absorveram a maior parte de trabalhadores com carteira assinada. Sendo assim, as grandes e médias empresas já não são as principais responsáveis pelos postos de trabalhos formais.

Na primeira metade da década de 90, a procura por mão-de-obra qualificada foi um dos fatores que provocou as dispensas de trabalhadores com pouca instrução. O que agrava o problema já que, ao mesmo tempo em que postos de trabalho são fechados, trabalhadores permanecem sem emprego por falta de uma melhor qualificação profissional.

A questão do desemprego transcende as fronteiras nacionais, preocupando não só os governos, mas também órgãos supranacionais como ONU e comunidades regionais de mercados (Mercosul, Europa Unida, etc), que se organizam em blocos econômicos.

Mas, apesar da crise do emprego em escala mundial, os índices de desemprego no Brasil são menores do que a média de outros países, (Tabela 2)

Tabela 2 – Taxas de Desemprego no Brasil e no Mundo (1950-1995):

País	1950/195	1960/196	1970/198	1964/197	1980/198	1990/199	1994/199
	9	9	0	3	9	3	5
E.U.A	4.3	4.6	6.1	4.5	7.2	6.5	5.8
Japão	2.0	1.3	1.7	1.2	2.5	2.2	3.0
Alemanh a	5.0	0.8	2.6	1.1	5.9	4.9	8.6
França	1.8	1.5	4.0	2.2	9.0	10.1	12.0
Reino Unido	1.2	2.0	4.6	3.0	10.0	9.1	9.1
Itália	7.4	5.1	6.4	5.5	9.5	10.2	11.6
Canadá	4.1	5.1	6.7	4.8	9.3	10.2	9.9
Média de países acima	3.7	2.9	4.6	3.2	7.6	7.6	8.6
Brasil					5.6	5.08	4.9
Espanha				2.6	17.5	18.1	23.2
Argentín a						7.7	15.1
México						2.9	5.1

Fonte: IBGE

Mesmo considerando a falta de precisão dos cálculos estatísticos sobre a economia brasileira, na década de 1980, segundo o IBGE, o desemprego no período de 1990 a 1995 foi de 5,0%, contra 6,9% em 1981 a 1984. Resta também alerta que as metodologias utilizadas possam ser diversas nos países que aparecem na tabela.

3.2.2 – Do Crescimento do Setor Informal:

Num artigo publicado na Revista Veja, (Veja: 6 de Setembro/1995) em referência à economia informal no Brasil, coloca-se que, este tipo de economia, que

foge do imposto e não tem registro nos órgãos oficiais equivale, segundo cálculos conservadores, a três economias de Portugal ou a uma Suécia inteira.

A defasagem dos dados estatísticos indica uma situação que foge à realidade brasileira, visto que o país que os números mostram é muito mais pobre do que o país que de fato existe.

Considerando o tamanho do mercado informal, uma análise fornecida pelo Ministério do Trabalho indica que no Brasil existe uma arritmia no crescimento do emprego com carteira em relação à expansão do emprego assalariado sem carteira assinada e do conta própria.

Entretanto, ainda de acordo com o Ministério do Trabalho, não se pode considerar que todas as ocupações informais são de baixa qualidade, pois a parcela de mão-de-obra qualificada que migrou para a condição de conta própria não deve ser caracterizada como detentora de uma ocupação de baixa qualidade, à medida que detém capital humano e instrumentos de trabalho que elevam a sua produtividade e seus rendimentos.

Nesta perspectiva pode-se entender que, em um contexto de grandes transformações, a economia brasileira tem gerado ocupações terciárias, formais ou informais verificando-se sobretudo que o ajuste do mercado de trabalho no Brasil, ocorre de maneira mais significativa pela via da informalidade.

A dificuldade em mensurar o setor informal é citada na Revista Veja (Veja: 6 de Setembro/ 1.995), que vem colocar:

“de acordo com alguns economistas que pesquisam o assunto, a economia informal estaria produzindo hoje pelo menos 250 bilhões de dólares além do PIB oficialmente reconhecido de 530 bilhões. Há estimativas que elevem a cifra para 300 bilhões de dólares por ano” (Veja, 1995: 90).

Por este fato, apesar do grosso da população pobre subsistir através do trabalho autônomo, e por meio de expedientes variados à base do trabalho não-institucionalizado, calcular o seu número aproximado é quase impossível, trata-se de um fenômeno que, apesar de bem visível, praticamente é muito difícil de ser quantificado.

Este crescimento da economia informal deve-se ainda às depressões cíclicas das atividades econômicas, que provocam uma redução substancial no mercado de trabalho formal, levando à condição de subemprego o trabalhador, e contribuindo para o aumento do trabalho autônomo.

Considerações Finais:

As alterações ocorridas no mundo, sejam elas de natureza política econômica e social, acabam afetando a vida de milhões de pessoas, num processo que traz consigo a criação de novos padrões de comportamento.

As modificações na forma de se produzir transformam conhecimento científico em tecnologia, criam novos ambientes humanos e destroem antigos, aceleram o próprio ritmo de vida, geram novas formas de poder corporativo e de luta de classes, causam explosão demográfica, que penaliza muitas pessoas, empurrando-as pelo mundo afora com expectativas de obter vida nova, que quase sempre são frustradas, rápido crescimento urbano que cria nas cidades uma triste realidade de miséria e busca pela sobrevivência.

Os Estados nacionais tornam-se cada vez mais fortes, e lutam com obstinação para ampliar o seu poder, num mercado capitalista excludente e em permanente expansão, e o indivíduo... tem que se adaptar.

Vimos que a transição do fordismo para a flexibilização econômica trouxe grandes mudanças em todo o globo, em que novas relações sociais foram criadas em nome do desenvolvimento.

Pessoas sem qualificação profissional passam a ser excluídas do processo de trabalho, tornando crônica a pobreza que se generaliza.

É neste cenário que os trabalhadores informais ganham peso. É uma alternativa de trabalho e renda, e ainda uma complementação da renda familiar, devido a redução dos salários obtidos nos empregos formais.

O Estado de Goiás no Contexto Brasileiro

1. Crescimento Populacional do Estado:

A partir de agora serão apresentados aspectos que versam sobre a formação do Estado, suas potencialidades econômicas, crescimento populacional e urbanização, bem como sua participação na economia do país, visando situar o Estado e localizar a cidade de Anápolis, principal foco de nossa pesquisa.

A ocupação de Goiás teve início entre os séculos XVII e XVIII com o ciclo das Entradas e Bandeiras. Em 1726 é fundado pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, o Arraial da Barra. Quase um século depois, em 1824, o território de Goiás é elevado à categoria de Província. A partir daí, começam a se desenvolver a pecuária e a agricultura em substituição à exploração do ouro, e que até hoje se constituem em importantes atividades econômicas do Estado.

Dentre os outros acontecimentos, podemos afirmar que, com a construção de Goiânia, o desbravamento do Mato Grosso Goiano, a campanha nacional da “marcha para o Oeste”, com a construção de Brasília, Goiás passa a crescer rapidamente.

Conforme Palacim e Moraes (1994), o Estado passa de 826.414 habitantes para 1.214.921. Isto se deve também ao alto crescimento da imigração, de 1,67%, que somado ao aumento vegetativo gerou um crescimento global da população numa proporção de 3,9% ao ano.

Em 1960 a população apresenta uma taxa de crescimento ainda mais elevada, 4,9% sendo influenciada pela construção da Capital Federal e diminuição da mortalidade.

Na década de 1970, Goiás apresentava uma população que se aproximava de três milhões de habitantes – 2.988.414, segundo o censo.

Aliado a outros fatores, a migração para Goiás, principalmente de pessoas provenientes dos Estados do Maranhão, Bahia e Minas somam 270.000 imigrantes na década de 1950 e 58.000 na década de 1960.

Estes dados indicam que a população de Goiás multiplicou-se por seis nos últimos 50 anos.

Embora a população de Goiás tenha apresentado grande crescimento neste período, sua densidade em 1972 era de apenas 4,58 hab./km². Além disso, a distribuição de seus habitantes se dava de forma bastante desigual, sendo que quase 50% do Estado apresentava densidade entre 1 e 2 hab./km².

Somente em 1940 o censo passa a fazer distinção entre população urbana e rural. Goiás neste aspecto apresentava predominância rural 85,4%, enquanto que o meio urbano apresentava 14,6% da população, embora o índice de ruralidade pudesse ser considerado ainda maior devido aos critérios adotados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Já na década de 1950, a população residente no meio urbano havia aumentado para 20,2% o que resultava numa concentração urbana cada vez mais rápida, pois em 1960 passa pra 30,7% da população e para 44% em 1970.

Em 1980 a população do Estado, era de 3.120.718 habitantes, passando de 4.018.903 para 4.996.439 habitantes em 1991 e 2000 respectivamente (Tabela 1).

Tabela 1 - Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: População Residente – 1980, 1996 e 2000

ANO	POPULAÇÃO (hab.)			PARTICIPAÇÃO%	
	Goiás	Centro-Oeste	Brasil	Goiás/ Centro Oeste	Goiás/ Brasil
1.980	3.120.718	6.805.911	119.002.706	45,85	2,62
1.991	4.018.903	9.427.601	146.825.475	42,63	2,74
1.996	4.514.967	10.500.579	157.070.163	43,00	2,87
2.000 (1)	4.996.439	11.616.745	169.590.693	43,01	2,95

Fonte: Fundação IBGE
SEPLAN-GO/SEPIN – 2001
(1) Sinopse preliminar

Isto corresponde a uma taxa de Crescimento Anual de 2,33% quando consideramos o período de 1980/1991 e de 2,45% no período de 1991/2000,

taxas que ultrapassam a média de crescimento nacional, que apresenta taxas de 1,93% e de 1,61% nos períodos respectivos (Tabela 2).

Tabela 2 – Estado de Goiás, Centro-Oeste e Brasil: Taxa de Crescimento Anual

Especificação	Taxa de Crescimento Anual		
	1980/1991	1991/2000	1980/2000
Goiás	2,33	2,45	2,38
Centro-Oeste	3,01	2,35	2,71
Brasil	1,93	1,61	1,79

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN – 2001

Quando analisamos a taxa de urbanização do Estado no período que compreende os anos de 1990 e 2000 vemos que, embora ocorram variações, as cidades goianas apresentam um crescimento de 4,22% no período, e em 1990 atingem 83,66% e 87,88% no ano de 2000 da população total, com uma densidade demográfica que vai de 12,57 hab./km² para 14,69 hab./km² no período considerado (Tabela 1 – em anexo).

Contudo, Goiás se comparado a Estados mais desenvolvidos, das regiões Sul e Sudeste do país apresenta uma densidade populacional cerca de 7,6 vezes menor do que a média destas regiões, cerca de 104 pessoas/km².

Além disso, quando se observa a distribuição desta população no território pode-se notar que Goiás continua apresentando elevada concentração urbana quando se leva em consideração as suas microrregiões, de acordo com a população residente. Apenas três microrregiões concentram 53,37% do total da população do Estado, sendo respectivamente as microrregiões de Goiânia, Entorno de Brasília e Anápolis que contam com 31,61%, 11,76% e 10% da população, respectivamente.

Um dado interessante é que Goiânia e Anápolis são as únicas microrregiões do Estado que possuem uma população feminina superior à masculina. Goiânia é formada por 654.039 mulheres que corresponde a 51,5% e por 616.207 homens, referente a 48,5% da população. A microrregião de Anápolis compõe-se de 201.631 mulheres, 50,2% e 200.288 homens, ou seja, 49,8%.

Já a parte que compreende o Entorno de Brasília, a segunda mais populosa, segue a mesma tendência das outras microrregiões, que são compostas de maioria masculina.

Outra característica de distinção no Estado diz respeito à composição das microrregiões da Chapada dos Veadeiros, – que apresenta uma população rural de 25.528 (51,3%), superior à urbana que é de 24.195 (48,7%), diferentemente do restante do Estado que é composto por maioria urbana (Tabela 3).

Após a apresentação de algumas considerações acerca da população do Estado, visando apontar o seu crescimento, bem como sua distribuição nos meios urbano e rural, serão tratados aspectos econômicos, buscando retratar as especificidades da economia goiana, seu desenvolvimento e o seu posicionamento econômico no contexto brasileiro.

Tabela 3 - População Residente, por Situação do Domicílio e Sexo, Segundo Microrregiões – 1991

Microrregiões	População Residente	(% Estado)	Situação do Domicílio		Sexo	
			Urbana	Rural	Homem	Mulher
ESTADO	4.018.903	100,00	3.247.676	771.227	2.015.505	2.003.398
001 – S. M. do Araguaia	72.432	1,80	47.511	24.921	37.972	34.460
002 – Rio Vermelho	90.113	2,24	59.642	30.471	46.261	43.852
003 – Aragarças	53.900	1,34	37.375	16.525	28.014	25.886
004 – Porangatu	240.459	5,98	166.121	74.338	123.552	116.907
005 – Chap. Veadeiros	49.723	1,24	24.195	25.528	25.973	23.750
006 – Ceres	208.770	5,19	139.639	69.131	105.790	106.980
007 – Anápolis	401.919	10,00	334.317	67.602	200.288	201.631
008 – Iporá	62.581	1,56	44.175	18.406	31.837	30.744
009 – Anicuns	98.757	2,46	69.336	29.421	50.416	48.341
010 – Goiânia	1.270.246	31,61	1.208.998	61.248	616.207	654.039
011 – Vão do Paranã	85.655	2,13	43.418	42.237	43.990	41.665
012 – Entorno de Brasília	472.586	11,76	370.939	101.647	239.285	233.301

013 – Sudoeste de Goiás	287.159	7,14	233.465	53.694	146.203	140.956
014 – Vale Rio dos Bois	89.309	2,22	59.431	29.878	46.573	42.736
015 – Meia Ponte	266.954	6,64	214.643	52.306	135.669	131.285
016 – Pires do Rio	75.090	1,87	46.663	28.427	38.685	36.405
017 – Catalão	104.430	2,60	82.841	21.589	53.108	51.322
018 – Quirinópolis	88.820	2.21	64.962	23.858	45.682	43.138

Fonte: Fundação IBGE / Anuário Estatístico do Estado de Goiás – 1996. SEPLAN-GO

2. Economia Goiana e suas Potencialidades

2.1 – Considerações Gerais sobre a Economia Goiana

A partir das primeiras décadas do século XX, ocorre maior integração de Goiás ao mercado nacional, acentuando-se a produção de mercadorias, em especial a agrícola. A atividade industrial não se revela importante para a economia do Estado, embora relatórios do governo e documentos oficiais apontem o aumento da importância deste setor.

Entretanto, a noção de indústria abarcava qualquer setor de produção, sendo interessante ressaltar que o produto da indústria goiana era consumido no próprio Estado. Deve-se considerar ainda que no censo de 1920, consta o registro de 16 indústrias no Estado, que empregavam 287 empregados, sendo que 44% destas indústrias eram voltadas ao setor alimentício, que realizavam beneficiamento de arroz, serviços de panificação e charqueada.

Além da agricultura, Goiás dedica-se à pecuária, atividades estas que estavam totalmente ligadas pois, como afirma Estevan, ao analisar a formação econômica de Goiás a

“pecuária extensiva agricultura de subsistência significou um processo único, uma totalidade e não dois segmentos produtivos separados. A criação de gado, tanto no norte como no sul da província, exigia a produção de alimentos, e esta, por sua vez, na incapacidade de desenvolver-se enquanto atividade autônoma, refugiou-se na organização produtiva criatória” (Estevan, 1998: 71).

A integração de Goiás ao mercado nacional, dentre outros fatores, passa a se acelerar com a chegada da ferrovia e a construção de estradas de rodagem. Esta integração foi também impulsionada pela expansão cafeeira, embora a ferrovia e

rodovias tenham beneficiado inicialmente os municípios que atravessavam, o que, pouco a pouco incorporava Goiás ao mercado nacional. Entretanto, vale ressaltar, que a expansão agrícola de Goiás aconteceu em decorrência do crescimento das exportações de café, sendo o arroz o produto por excelência da agricultura goiana, à época.

O Estado participará do processo de industrialização brasileiro como fornecedor de alimentos para os centros urbanos e matérias-primas, mas, apesar da expansão da lavoura, a criação consistia na principal atividade econômica estadual.

Conforme Moura (2001), a mudança da capital do Estado para Goiânia, na década de 30, e o seu processo de construção, – que contou com aproximadamente 4.000 operários, e vindos do Rio de Janeiro e São Paulo, pois o Estado não dispunha da mão-de-obra necessária, especializada ou não –, trazem para Goiás expectativas de desenvolvimento. No entanto, estas expectativas não foram atendidas, pois, apesar da edificação de Goiânia ter proporcionado alterações tais como: valorização da terra na cidade construída, aumento de rodovias, tensões advindas das relações assalariadas, criadas pelos operários que participaram da sua construção, e ainda uma acentuada imigração, não gerou o desenvolvimento que o Estado vislumbrara, em especial no que diz respeito à indústria.

Após 1930, dada uma maior atenção à lavoura pelos governos federal e estadual, percebe-se um estímulo à colonização devido a Marcha para o Oeste. A melhoria da rede de transporte e a colonização vão ser de fundamental importância para o desenvolvimento de Goiás, em relação ao mercado nacional. Com a grande disponibilidade de terras e o acesso a uma gleba, Goiás aumenta, a atração para o migrante nacional, e em 1950 quase um quarto da população goiana era natural de outro Estado.

Nas décadas de 40 e 50, com o desenvolvimento da indústria nas regiões sul e sudeste, intensifica-se o processo de substituição das importações, torna-se necessária a ampliação do mercado abastecedor de tais regiões através da produção de matérias-primas e alimentos. Com esta finalidade várias iniciativas foram tomadas, dentre elas, a ampliação da rede de rodovias, transferência da Capital Federal para o Planalto Central, que juntamente com a Colônia Agrícola de Ceres e a Fundação Brasil Central, já existente, e o incremento da rede elétrica do Estado, através da criação da CELG – Centrais Elétricas de Goiás.

Segundo Moura (2001), a adoção dessas medidas na estrutura sócio-econômica do Estado, tornou além de viabilizar e dar sustento à substituição de importações, tornou possível a implantação da indústria pesada no país, entre 1956 a 1961.

No início da década de 70, Goiás também entra no processo de desenvolvimento no setor industrial, com as indústrias processadoras de produtoras agrícolas, que objetivavam suprir a demanda do mercado local, destacando-se a indústria de alimentos.

O incremento da agroindústria, fortaleceu o processo de industrialização goiana, e tornou possível a implantação dos complexos de negócios agro-industriais estreitando a relação entre a indústria e o meio rural.

Apesar disto, não houve uma modificação fundamental com respeito à indústria, pois em 1970, a indústria contribuía com apenas 4,5% da renda estadual. Continua forte a tendência econômica do Estado, que baseia-se principalmente na agricultura e na pecuária (IBGE, 1994).

Desta forma, a indústria goiana tinha pouca expressividade em relação à formação de riqueza e geração de empregos, uma vez que a participação do setor industrial goiano na renda estadual, era quatro vezes menor do que a média nacional.

Já a agricultura e a pecuária representam, respectivamente, 57% e 40% do setor primário, e empregava 69% da mão-de-obra do Estado.

A indústria tampouco contribuiu para favorecer uma maior distribuição de renda. Em primeiro lugar, porque sua contribuição à produção era bastante modesta. Em segundo lugar, porque tratava-se, naquela época de indústria de pequenas dimensões, de baixo nível técnico e mão-de-obra pouco especializada e sem organização sindical, favorecendo os baixos salários.

Apesar de alcançar crescimento em termos absolutos, o setor secundário tinha baixa contribuição em termos relativos para a formação da renda interna, uma vez que, no período compreendido entre 1950 e 1962, sua participação caiu de 8,0% para 5,6%, indicando-nos que o comércio e os serviços, e a agropecuária em geral, cresciam mais rapidamente, conforme Palacín e Moraes (1994).

2.2 - A Economia Goiana : 90 a 2000

2.2.1 - Posicionamento Econômico do Estado nos Aspectos Regional e Nacional:

Quando analisado o comportamento de Goiás frente à Região Centro-Oeste⁽²⁾, observa-se que o Estado é responsável por mais da metade da produção regional em oito produtos: tomate, alho, laranja, feijão, leite, abacaxi, vacas ordenhadas e sorgo (Revista Economia & Desenvolvimento, out/dez de 1999: 25).

No entanto, em termos de competitividade, quando considerado o rendimento médio dos produtos agrícolas, e comparando-se com os demais Estados da Região, Goiás mantém destaque produtivo por Kg/ha em somente quatro produtos: abacaxi, feijão 1^a. safra, laranja e cana-de-açúcar, perdendo, em eficácia produtiva nas commodities⁽³⁾ de maior importância: algodão, café, milho e soja.

O desenvolvimento da estrutura econômica de Goiás é semelhante ao desenvolvimento brasileiro, no sentido de que o setor primário vem, em termos relativos, perdendo posição no que diz respeito à composição do Produto Interno Bruto para os setores industrial e de serviços, com exceção do setor agropecuário, cuja

⁽²⁾ Além de Goiás, constituem a Região Centro-Oeste os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

⁽³⁾ Relativo a preços.

participação de Goiás supera a atual média nacional (Projeto Alavancagem do Mercoeste, 2001: 14-5).

Embora o setor secundário tenha crescido no Estado grande parte das suas indústrias são de beneficiamento e industrialização de matérias-primas que são produzidas no Estado. Por este motivo, o setor primário continua tendo importância na economia goiana.

A partir da maior urbanização dos investimentos, na indústria, ocorre simultaneamente o crescimento do setor de serviços, notadamente nas áreas de comércio e comunicação, bem como energia e transportes.

Goiás alcança ainda o 5º lugar em posição nacional na produção de grãos (arroz, café, milho, soja, algodão, sorgo e trigo), produzindo 6,7 milhões de toneladas no ano de 1998, de acordo com dados da SEPLAN. Mesmo com o crescimento da

produção agropecuária, obtido graças ao aumento da produtividade, Goiás vem perdendo sua posição para os Estados do Mercoeste ⁽⁴⁾, em culturas importantes, tais como o milho, o algodão e a soja, no que diz respeito à produtividade.

Segundo análise feita pela SEPLAN em 1999, Goiás obteve grande salto em seu desenvolvimento, passando de uma economia rural para uma economia urbana moderna em pouco mais de quinze anos. Entretanto, deve-se considerar que esta alteração na sua estrutura produtiva, além de poder ter contribuído para a perda de posição no setor primário frente ao Mercoeste, uma vez que os recursos do Estado foram concentrados, na década de 90 na atração de indústrias e agroindústrias. Além disso, esta concentração dos recursos foi responsável por conseqüências tais como

“maior concentração de renda, aumento do fluxo migratório do campo para a cidade e maior concentração populacional, bem como certo desbalanceamento da matriz produtiva nas cadeias produtivas, com reflexos inclusive, na balança comercial”. (PROJETO ALAVANCAGEM DO MERCOESTE: 16).

Este processo que propõe a reconversão da matriz produtiva do Estado, criando um dinamismo diferenciado de desenvolvimento, tem em seu andamento, acirrado a competitividade no campo, destacando de forma seletiva as áreas e produtores mais competitivos. Isto resulta na redução do número de produtores rurais, devido ao uso

⁽⁴⁾ Além do Estado de Goiás, fazem parte o Mercoeste os seguintes Estados: MT, MS, TO, RO, AC e DF, que pertencem à Região Oeste do Brasil.

mais intensivo de tecnologia, causando, em decorrência deste processo, um aumento do êxodo rural e maior concentração urbana da população.

2.2.2 - Arrecadação de ICMS em Goiás:

Para fornecer uma breve visão da capacidade de geração de impostos em Goiás, será tratado em especial o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, a fim de demonstrar a dinâmica do mercado goiano, bem como a capacidade de consumo do Estado.

Quando analisado o volume de arrecadação de ICMS no Estado vê-se que, no período compreendido entre 1995 a 2000, Goiás apresentou um aumento superior a

93,6%, o que significa um acréscimo médio, nesses seis anos de 15,6% ao ano. O Estado registra ainda o melhor valor, em termos absolutos, de arrecadação, quando comparado aos Estados do Mercoeste (Regiões do Oeste Brasileiro), pois responde por aproximadamente 32,6% do total arrecadado neste Estados (Projeto Alavancagem do Mercoeste, 2001: 17).

No entanto, esta participação foi bastante reduzida, uma vez que a arrecadação do Estado, no início da década, alcançou quase 50% do total do Mercoeste. Isto pode ser explicado pelo fato de que estes Estados tivessem menor expressão na produção, e por isto são propícios a apresentarem altas taxas de crescimento, ao passo que Goiás, por possuir uma economia mais madura, demonstra uma situação mais complexa quando analisado o seu desenvolvimento, além do mais, deve-se considerar ainda as taxas de ocupação do território, que no Estado de Goiás são maiores, o que obviamente refletem nesta redução relativa do seu desenvolvimento.

Uma das medidas adotadas pelo atual governo do Estado é o de aumentar a arrecadação do ICMS através de um cadastramento junto à Receita Estadual, chamado Cadastro Simplificado, que visa isentar o pequeno comerciante do pagamento do ICMS, em troca da exigência de emissão de Nota Fiscal do seu fornecedor (isto será explicado adiante). A este respeito, o Sr. Robson Torres, Coordenador Tributário da Prefeitura Municipal de Anápolis, afirmou que “(...) eles estão preocupados [é] com as entradas, [é] com quem eles estão adquirindo, não é pra quem estão vendendo [não], é de quem eles estão adquirindo, eles estão adquirindo sem nota, e como eles são muitos, [é], muitos, do camelô comprando de uma pessoa só, aquele lá tá vendendo sem nota, ele tá sonogando, eles não querem saber pra quem que o camelô tá vendendo, eles querem saber de quem, ele tá comprando, por isso que teve esse valor de R\$ 3.000,00 mensal [né], que é o que eles estão querendo liberar, eles sendo inscritos, então eles passam a exigir Nota Fiscal, ele vai cobrar Nota Fiscal também porque se ele for pego sem documentação é apreendido, depois leilado, penhorado, então a Receita, nisso Estadual, conseguiu aumentar e muito a arrecadação, por causa disso aí (...)” (Entrevista 2 em anexo).

As hipóteses colocadas anteriormente, a respeito da diminuição da capacidade de arrecadação de ICMS no Estado podem ainda ser relacionadas ao elevado fluxo migratório de uma população de baixa renda, prejudicando a média goiana.

Soma-se a isto a concentração em termos de arrecadação dos municípios que compõem o Estado, que são em maior número em relação ao Mercoeste (atualmente Goiás possui 246 municípios), dentre os quais, apenas dois, no ano de 1998: Goiânia e Anápolis arrecadaram mais da metade da receita do Estado (Goiânia 41,3%; Anápolis 13,0%).

O município de Anápolis é o segundo maior arrecadador de ICMS do Estado, perdendo apenas para a capital, Goiânia.

Outro fator que pode ter contribuído para a diminuição em termos de participação do ICMS, diz respeito a sua estrutura tributária, com uma alíquota de 12%, contra 7% praticada por São Paulo para vendas fora do Estado. Esta diferença, além de tornar São Paulo mais atrativo para investimentos, faz com que Goiás perca sua posição de centro distribuidor, o que afeta sobremaneira a sua capacidade de arrecadação.

2.2.2.1 - Goiás e o seu Mercado Consumidor:

Este item irá abordar algumas características do mercado consumidor do Estado e que estão diretamente relacionadas ao objeto de nossa pesquisa: o Mercado Informal.

Este setor da economia apresenta várias características que devem ser analisadas, dentre elas vê-se de um lado o crescimento de novas ocupações informais de pessoas cidadinas e migrantes, que transferem-se em grande número para atividades que em sua maioria não exigem mão-de-obra qualificada ou capitalização para se iniciar um negocio, pois estas pessoas, na quase totalidade dos casos foram expulsas do mercado formal de trabalho, pois deixaram de atender às demandas do novo modo de produção que inaugura-se e por não serem enquadrados no novo perfil de trabalhador que o sistema solicita. São pessoas que passam a compor um novo cenário nas cidades, calçadas superlotadas de ambulantes, criação de novos camelódromos, surgimento de novas feiras, enfim crescem as atividades que vendem os mais variados tipos de mercadorias, dos mais variados gostos a preços populares.

De outro lado têm-se a população, que com as novas alterações ocorridas em escala mundial, no que diz respeito ao trabalho, e que passam a sofrer os efeitos da

terceirização e subproletarização, que em grandes proporções trazem-lhe insegurança e redução dos salários, e que, movidos por novas necessidades e opções de consumo que vão sendo criados, passam a tornar-se mais exigentes para o consumo, e como a renda da maioria da população é bastante reduzida, esta passa a pesquisar preços e avaliar os produtos que irão consumir.

E neste ponto há o encontro desses elementos criados pelas alterações políticas econômicas que vão surgindo, pois tais alterações acabam influenciando a vida de milhões de pessoas, mesmo que elas não percebam.

Modificam-se também aspectos sociais, em que de um lado ocorre o crescimento de atividades informais, e de outro lado surgem consumidores que passam a exigir produtos mais baratos, e de qualidade e que passam a fazer uso desta nova opção: consumir produtos a preços populares do setor informal que oferece produtos que vão desde um cortador de unhas a artigos de vestuário e decoração.

O mercado informal surge como alternativa de trabalho e renda para um grande contingente da população e ainda como nova opção de consumo a preços populares, assim como o que oferecem-se nos catálogos, produtos variados, a preços convidativos, e a população passa a usufruir das novas situações que vão surgindo, ao qual passam a se adaptar à partir dos recursos que dispõem. Ressalta-se porém que, apesar de boa parte dos consumidores que procuram o setor informal serem pertencentes às classes de baixa renda, este setor atende também consumidores pertencentes à outros estratos sociais, como por exemplo as classes médias, que vêem a possibilidade de comprar os mesmos produtos ou a eles semelhantes, a preços bastante reduzidos, em relação ao mercado formal.

Objetiva-se avaliar o comportamento do consumidor goiano em relação ao comércio informal de mercadorias, que vê neste setor uma nova oportunidade de consumo. Este tipo de comércio será discutido não só do ponto de vista do comerciante informal, como também no que diz respeito ao consumidor.

A constatação das características que serão aqui demonstradas foi possível através de dados fornecidos por uma pesquisa, feita pela equipe do Mercoeste – Projeto Alavancagem do Mercoeste –, que dentre outros variados assuntos buscou analisar o mercado consumidor goiano.

Foram entrevistados 722 consumidores, residentes em sete municípios do Estado, considerados mais importantes, pertencentes a todas as classes sociais.

Ficou constatado, em princípio, que os consumidores goianos possuem um elevado grau de insatisfação no que diz respeito ao mercado estadual. Esta insatisfação, é em maior grau decorrente das variáveis, preço e atendimento, além de outros fatores (Tabela 4).

Tabela 4 - Principais Aspectos que Desagradam no Comércio Local:

Preços altos	58,2
Mau atendimento	44,6
Juros muito altos no crediário/cartão	41,7
Filas, demora	29,6
Dificuldade para abrir crediário	22,7
Produtos de má qualidade	13,4
Falta de promoções e ofertas	12,0

Fonte: Projeto Alavancagem do Mercoeste

Seguidos de preços altos e, mau atendimento, os consumidores goianos estão insatisfeitos com juros altos, filas demoradas, crediário dificultado, má qualidade e falta de promoções e oferta dos produtos.

Quando questionados sobre os produtos menos acessíveis no mercado, os consumidores queixam-se em maior número de produtos de informática e vestuário. Quanto aos itens de informática, apesar de terem sido os mais reclamados, o grau de insatisfação do consumidor goiano é inferior ao dos consumidores do Mercoeste, o que significa que Goiás está satisfatoriamente abastecido, em termos comparativos, no que diz respeito a tais produtos.

Já a insatisfação ligada aos artigos de vestuário é preocupante, pois Goiás possui um dos maiores pólos de confecções do país.

Dos produtos reclamados e que são de difícil acesso, os consumidores apontam os produtos de informática, vestuário, seguido dos produtos eletrônicos, alimentação, veículos, móveis, eletrodomésticos, nesta ordem.

Quanto à análise da disponibilidade dos serviços, os consumidores indicam altos índices de insatisfação, em especial os serviços de saúde e lazer, o que não é diferente dos demais Estados da região.

De acordo com os consumidores, o Estado possui altos índices de carência nos seguintes serviços: saúde, teatros, transportes, esporte e lazer, cinemas, restaurantes, consultoria, agências de turismo, lavanderias e hotéis, nesta mesma ordem.

Como consequência das carências do mercado goiano, os consumidores passam a buscar outras alternativas para suprirem suas demandas.

Neste aspecto, acabam optando por comprar dos camelôs⁽⁵⁾ e ambulantes e através dos catálogos, pois como constatado na pesquisa, o mercado goiano – formal –, vem praticando altos preços e um atendimento ruim aos seus clientes, onde: 56,6% dos entrevistados dizem comprar de camelôs ou ambulantes, contra 43,4% que não compram, enquanto que 27,0% dizem comprar através de catálogos, contra 72,9% que dizem não comprar.

Isto que dizer que

“a economia informal vem ocupando lacunas dos estabelecimentos legalizados, e que, (...) têm deficiências no atendimento e na prática de preços ao consumidor” (Projeto Alavancagem do Mercoeste 2001: 32).

O que pode ser explicado, em relação aos preços, que isto seja derivado, dentre outros fatores, do baixo poder aquisitivo da população. Por ter baixo poder aquisitivo, o

⁽⁵⁾ Camelô – galicismo. Em 1821 a palavra camelot passou a ser utilizada na França para designar o comerciante ambulante que vendia seus produtos a preços populares. Anteriormente, a palavra camelot du Roi era usada para designar os vendedores de jornal monárquico.

consumidor goiano, além de passar a pesquisar mais os preços, passa a exigir qualidade e variedade nos serviços e produtos locais, o que pode resultar numa postura diferenciada do mercado estadual, que terá que se dinamizar afim de atender tais necessidades (Tabela 5).

Dos motivos salientados pelos consumidores (Tabela 5), cumpre-nos notar que, tanto na compra feita via camelôs ou ambulantes (36,7%), ou através de catálogos (48,5%), é notável o percentual de consumidores que estão buscando produtos diferentes, o que pode ser explicado pelo processo de globalização, aliado à flexibilização da economia, que tornam possível a dinamização da produção para o atendimento de gostos e necessidades que vão sendo “criados” a cada momento,

conforme vimos no Primeiro capítulo. Isto pode ser reforçado com uma análise feita por Rubem Alves quando ele coloca que,

“essa é a regra fundamental da sociedade consumista: é preciso que as pessoas se sintam infelizes com o que têm, para que trabalhem e comprem o que não têm (...). E os engenheiros da inveja, a serviço das fábricas, se encarregam de estar sempre produzindo esse novo objeto que ainda não foi comprado. Mas é inútil comprar. Porque logo um outro será produzido. É a cenoura na frente do burro... Ela nunca será comida”. (Alves, s/d:2).

Tabela 5* - Motivos que levam consumidores goianos a comprarem de camelôs e ambulantes e através de catálogos

Motivo da compra	Origem do Produto	
	Camelôs ou Ambulantes	Catálogos
Preços	59,4	17,3
Produtos diferentes	36,7	48,5
Comodidade	11,7	30,6
Facilidade de pagamento	6,6	4,6
Outro	3,2	7,1

* Tabela construída através de dados do Projeto Alavancagem do Mercoeste à respeito do mercado consumidor de Goiás p. 32-3.

O comércio popular de mercadorias em especial, através de camelôs ou ambulantes, acaba por reproduzir os produtos consumidos pelas classes altas, produtos estes que passam a ser “copiados” para que as classes baixas possam consumir “os mesmos” produtos. São copiadas as modas da televisão, principalmente as veiculadas nas novelas, das mais variadas formas... Os produtos passam a ter “quase” as mesmas características, só não possuem as griffes. Esta constatação foi possível através da Observação dos camelódromos e feira pesquisados em Anápolis, em que, tanto nos camelódromos quanto na feira, existe o predomínio de bancas de confecção, que são em maior número, e o que está sendo comercializado em maior medida são roupas com características orientais, bem como, nos artigos de bijuterias, os acessórios escolhidos são as cópias dos que são utilizados na “novela das oito”.

Este aspecto, que diz respeito à criação das novas necessidades também é analisado por José Reginaldo Prandi, quando ele vem discutir o trabalho por conta própria como trabalho socialmente útil,

“sendo a produção capitalista produção também de novas necessidades, apenas em um primeiro momento ela se apropria da produção de certas mercadorias; depois, em processo ampliado, a produção capitalista cria novas necessidades a serem satisfeitas por novas mercadorias por ela criada. Historicamente, novas necessidades e novas espécies de mercadorias significam mudanças no processo técnico de trabalho e maior diversificação e complexidade na produção, de onde a história da tecnologia sob o capitalismo ser também a história do capital, em que a ciência ocupa, via de regra, o papel de mediador passivo e subserviente” (Prandi, 1978: 49).

Analisando ainda os dados apontados na Tabela 6, alguns aspectos tornam-se importantes. Quando computamos os motivos que levam os consumidores de produtos de camelôs ou ambulantes, e os motivos que levam os consumidores dos produtos de catálogos a decidirem sobre o porque de comprarem por esta via, há uma inversão dos motivos, considerados no ato da compra, que são: para os primeiros consumidores: 1º preço (59,4%), 2º produtos diferentes, 13,7%, 3º comodidade com 11,7%, seguidos em menor proporção de outros motivos apontados. Já o segundo grupo de consumidores considera: 1º produtos diferentes (48,5%), 2º comodidade (30,6%) e em 3º) o preço com 17,3%, seguidos dos outros fatores em menor escala.

Agora, quando analisados os três motivos considerados por ambos os consumidores em sua totalidade tem-se, em primeiro lugar a escolha de produtos diferentes (85,2%), seguida do item preço, com 76,7% das respostas e a comodidade com 42,3%. Isto acaba por reafirmar a idéia colocada anteriormente, no que diz respeito à exigência dos consumidores por produtos mais individualizados e que atendem as suas necessidades, que são alimentadas pela globalização, somada à flexibilização dos meios produtivos e da economia e a fragmentação.

A variável preço faz com que o consumidor pesquise mais, escolha melhor e exija qualidade nos produtos e serviços, o que acirra a competitividade do mercado para o atendimento destas demandas. A comodidade está ligada ao alto grau de satisfação que o consumidor quer alcançar, que é o de comprar com facilidades, ser bem atendido (78,0%), comprar produtos de boa qualidade (60,4%), e ainda pagar os melhores preços (55,7%), (Tabela 6).

Tabela 6 – Fatores mais Importantes ao Fazer Compras

FATORES	(%)
---------	-----

Bom atendimento	78,0
Qualidade dos produtos	60,4
Melhores preços	55,7
Ofertas e promoções	21,2
Boas condições de pagamento	20,9
Crediário rápido, flexível	14,7
Variedade de produtos	14,1
Tradição de comprar na loja	8,7
Identificação com o produto	7,5
Proximidade, boa localização	6,5
Facilidade de estacionamento	6,4
Por ser especializada	4,3
Outros	0,4

Fonte: Projeto Alavancagem do Mercoeste

A falta de ofertas e promoções (21,2%), bem como boas condições de pagamento (20,9%) são itens reclamados, pelos consumidores goianos, pois são itens que consideram importantes no ato das compras.

A rapidez e flexibilidade de crediários (14,7%) e a variedade de produtos (14,1%) também são levados em conta, o que ainda segundo os consumidores, o Estado apresenta carência. Seguem-se em menores proporções, e nesta ordem, a observância dos seguintes fatores: tradição de comprar na loja, identificação com o produto, proximidade e boa localização do estabelecimento onde as compras serão realizadas, facilidade de estacionamento, especialidade do estabelecimento, dentre outros aspectos.

Os dados observados, levam às seguintes considerações:

“primeiro, que este é um mercado apenas satisfatoriamente atendido em termos de produtos ofertados. Segundo, que apesar de ser atendido em termos de oferta de produtos, é um mercado altamente insatisfeito em relação à variedade de produtos, ao preço e ao atendimento prestado pelas empresas da região. Terceiro, que como consequência desta insatisfação existem grandes parcelas da população que consomem de camelôs (mercado informal), como forma de garantir menores preços, como também existem grandes parcelas da população que consomem através de catálogos, procurando maior variedade de produtos, o que pode acabar trazendo maiores índices de importação para a economia goiana como um todo” (Projeto Alavancagem do Mercoeste, 2001:35).

Sendo assim, o consumidor busca variedade de produtos que pode ser encontrada, e com preços reduzidos no mercado informal, que será discutido mais especificamente no capítulo seguinte.

2.2.3 - Economia Informal Urbana no Estado:

À partir de levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, será mostrado a situação econômica de Goiás, à partir das Unidades da Federação da Região Centro-Oeste e Município de Goiânia, especificamente no que refere-se à informalidade, no ano de 1997.

Vale ressaltar as distinções metodológicas existentes no levantamento de dados feito pelo IBGE, e a utilizada nesta pesquisa. Cumpre-nos deixar claro que o que interessa é somente destacar os aspectos inerentes ao comércio de mercadorias, parte integrante do mercado informal, que por si só não explica este mercado, mas que, observado nos dados que se seguem, é o setor que apresenta maior participação na economia informal urbana, não somente no Estado, mas em âmbito nacional.

Assim como na pesquisa realizada em Anápolis, o IBGE excluiu as atividades não agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios em áreas rurais, sendo assim, o recorte operacional terá caráter urbano.

Esclarece-se ainda que o objetivo desta abordagem é o de dar uma noção da informalidade em Anápolis, sendo a informalidade brasileira e goiana, apenas referencia para o aprofundamento do que acontece localmente.

A análise do total de empresas do setor informal, no Estado de Goiás eram de um total de 310.167, sendo que 21,8% eram voltadas ao comércio de mercadorias, que constituem empresas informais em maior quantidade, visto que o grupo de atividade que possuía a segunda maior participação na informalidade é constituído por empresas que lidam com serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões, que somam 20,2% das empresas informais (Tabela 2 – em anexo).

Das empresas informais, ligadas ao comércio de mercadorias, que somam 67.629, o número de pessoas ocupadas na atividade era distribuída da seguinte maneira:

45.096 (66,7%) das empresas empregam 1 (uma) pessoa o que significam 45.096 empregos gerados, dessas empresas, 11.462 (16,9%) empregavam 2 (duas) pessoas, o que indica 22.924 pessoas empregadas; e 11.072 (16,4%) empregavam 3 (três) ou mais pessoas, empregando acima de 33.216 pessoas, sendo assim, a maior parte das empresas empregavam 1 (uma) pessoa, o próprio dono do negócio, constatação feita também através da pesquisa realizada em Anápolis (Tabela 3 – em anexo).

O tipo de funcionamento destas empresas ocorre em sua maioria em todos os meses do ano em caráter permanente (93,0%), apenas 6,2% funcionam sazonalmente, ou seja, atendendo a períodos específicos (Tabela 4 – em anexo).

De todas as empresas do setor informal, analisadas pelo IBGE que desenvolvem atividades ligadas a indústrias de transformação e extrativa mineral, indústrias da construção, comércio de mercadorias, serviços de alojamento e alimentação, serviços de transporte, serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões, serviços técnicos e auxiliares, outros serviços e empresas que não deram declaração, apenas 10,3% possuem constituição jurídica. Já 89,7% das empresas consideradas não são constituídas juridicamente (Tabela 5 – em anexo). Isto representa um baixo índice de formalização das empresas pesquisadas, devido ao alto custo dos impostos, bem como a burocracia exigida para este fim, o que acaba levando os trabalhadores informais a não procurarem a legalização dos seus negócios, pois com os altos tributos reduzem ou anulam suas margens de ganhos.

Em relação à renda obtida no mês de outubro de 1997, computado individualmente, pela diferença entre a receita total e a despesa total, vê-se que: de 67.629 empresas do setor informal, ligada ao comércio de mercadorias, 63.460 (93,8%) foram rentáveis, enquanto que um número considerável de empresas, que somam 4.169 (6,2%) tiveram prejuízo no período considerado. O rendimento médio obtido por aquelas empresas é de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais).

Quando analisado o tipo de clientela que adquire produtos nas empresas informais, especificamente no ramo de comércio de mercadorias, afim de delinear o perfil dos clientes, identificando se é fixa ou variável, se são consumidores finais-pessoas, ou consumidores intermediários – empresas, percebe-se a este respeito, que, a quase totalidade desta clientela é variada (91,8%) e apenas 8,2% é constituída por uma clientela fixa, dentre as quais 78,1% são pessoas, 18,6% são órgãos do governo e outras

instituições, 1,9% referem-se a empresas pequenas, e apenas 1,4% são clientes únicos (Tabela 7 – em anexo).

A forma como os produtos são vendidos aos consumidores é, em sua maioria, realizada à vista e a prazo (61,5%), já alguns comerciantes informais, vendem somente à vista 27,4%, enquanto que 11,0% vendem somente à prazo e 0,1% vendem de outra forma (Tabela 8 – em anexo).

Os planos projetados para o futuro do negócio são idealizados da seguinte forma: 40,2% dos comerciantes de mercadorias desejam aumentar o seu negócio, 25,1% preferem continuar o negócio no mesmo nível, 17,3% planejam mudar de atividade e continuar independentes, enquanto que 9,2% têm outros planos e 7,5% estão insatisfeitos com a informalidade, pois preferem abandonar a atividade e procurar emprego, que seja no setor formal de trabalho, e apenas 0,7% não sabem o que querem para o futuro do seu negócio. Sendo assim, constatou-se que 82,6% dos comerciantes informais estão satisfeitos com a atividade que desenvolvem, pois apenas 7,5% preferiram abandonar o negócio para ingressar num emprego formal (Tabela 9 – em anexo).

As principais dificuldades encontradas no ano de 1997 para o desenvolvimento do negócio, foram, segundo os empreendedores informais a falta de clientes (23,0%), a grande concorrência (21,3%), a falta de capital próprio (19,8%) e apenas 18,2% disseram não ter apresentado dificuldades no período. Das dificuldades apontadas constata-se em menor medida a baixa rentabilidade, outros tipos de dificuldades, problemas com fiscalização/regularização do negócio, falta de instalações adequadas, e falta de crédito, nesta ordem (Tabela 10 – em anexo)..

Dos motivos que levaram os goianos a iniciarem o negócio, em todas as categorias e grupos de atividades, os mais incidentes foram: busca de independência financeira (23,7%), complementação da renda familiar (19,7%) e 18,9% deram início às suas atividades porque não encontraram emprego, o que resulta em uma taxa de desemprego considerável em relação aos postos de trabalho formais. Seguem-se em menor medida, e nesta ordem, os seguintes motivos: com empate técnico na ordem de 8,5% cada, vêm os motivos ligados à tradição familiar e porque achavam o negócio promissor, 8,3% porque já possuíam experiência na área, 6,4% disseram ter outros motivos, 2,7% foi porque viam a oportunidade de fazer sociedade, 2,1% por ser um trabalho secundário, 1,1% pela flexibilidade do horário que poderia usufruir com esta

atividade, e apenas 0,1% não declararam o motivo pelo qual ingressaram no setor informal (Tabela 11 – em anexo)..

A maioria das pessoas que estão na economia informal no Estado são homens, um resultado que se diferencia do universo encontrado em Anápolis, que é constituído em maior medida por mulheres, que totalizam 66,8% pessoas; enquanto que os homens somam apenas 33,2% dos informais. Ressalta-se que a pesquisa feita em Anápolis possui características especiais, pois foi realizada num espaço delimitado e fixo, enquanto que a do IBGE possui caráter mais abrangente em termos espaciais. Já em relação à idade dos informais, as maiores taxas encontradas para ambos os sexos encontram-se na faixa que vai de 25 a 39 e 40 a 59 anos, sem grandes diferenças. São elas: homens entre 25 a 39 anos, 42,0%; mulheres (41,0%). No grupo de idade que vai de 40 a 50 anos, os homens são em 41,3% e as mulheres 40,3% (Tabela 12 – em anexo).

Os dados referentes ao nível de instrução dos informais, em todas as categorias e para ambos os sexos revelam que o mercado informal goiano, é em sua maioria, formado por pessoa com baixa escolaridade o que não difere dos resultados encontrados tanto em Anápolis, quanto no restante do país (Tabela 7).

Tabela* 7 – Nível de instrução dos proprietários de empresas do setor informal no Estado de Goiás

Nível de instrução	Nº	%
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	24.329	7,3
1º grau incompleto	168.256	50,7
1º grau completo	33.142	10,0
2º grau incompleto	25.965	7,8
2º grau completo	51.155	15,4
Superior incompleto	8.007	2,4
Superior completo	20.763	6,3
Sem declaração	16	0,1

Total	331.632	100,0
-------	---------	-------

*FONTE: Tabela construída à partir de dados do IBGE – Economia informal urbana 1997/IBGE, Departamento de Emprego e Rendimentos. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. 6V.

Das pessoas entrevistadas 50,7% não terminaram sequer o primeiro grau, 15,4% possuem o 2º grau completo e 10,0% concluíram o primeiro grau.

Ressaltam-se dois extremos à partir dos dados observados, onde de um lado têm-se os analfabetos com 7,3% dos casos e de outro lado 6,3% das pessoas entrevistadas com curso superior completo. Faz-se necessário esclarecer por este particular que, a economia informal comporta tanto os trabalhadores que desenvolvem atividades rudimentares, com mínima organização e baixo rendimento, quanto as categorias que desenvolvem atividades bem remuneradas, com cursos superiores em sua maioria, que são os profissionais liberais, isto pode explicar em parte a existência destes dois extremos observados no nível escolar dos informais. Esclarece-se ainda que, embora existam estas categorias distintas de informais, no estudo de caso realizado na cidade de Anápolis, a atenção foi direcionada apenas à categoria dos pequenos comerciantes, que ocupam um local de maneira sistemática.

Quando analisada a naturalidade dos entrevistados pelo IBGE, em relação ao município onde desenvolviam a atividade informal, percebe-se um grande fluxo migratório, onde 67,5% são naturais de outro município, e apenas 32,5% são naturais do município em que exercem suas atividades (Tabela 13 – em anexo).

Segundo a utilização de equipamento e/ou instalações, exclusivamente para o desenvolvimento da atividade considerada, o grupo ligado ao comércio de mercadorias, utiliza, em sua maioria, equipamentos e/ou instalações próprias (57,6%), enquanto que 34,6%, uma parcela considerável, não utilizam equipamentos e/ou instalações, e 7,8% só utilizam equipamentos e/ou instalações alugados ou cedidos (Tabela 14 – em anexo).

Das empresas analisadas, foram investigados compra de algum tipo de instalações ou equipamento, novo ou usado, no período de 01.11.96 a 31.10.97, para exercer a atividade, o seu valor total, inclusive a parte que ainda faltava pagar e a principal fonte dos recursos utilizados para compra das instalações /equipamentos, observando-se que na categoria de comércio de mercadorias que, 15,1% das empresas fizeram investimentos e/ou aquisições neste período, excetuando-se as empresas que não informaram o valor dos investimentos e aquisições. Destas empresas a grande

maioria utilizou lucros de exercícios anteriores (56,4%), 24,0% fizeram uso de outros tipos de empréstimos e 9,6% realizaram empréstimos bancários (Tabela 15 – em anexo).

Isto significa que grande parte dos investimentos e/ou aquisições são feitos com recursos próprios, obtidos através da atividade informal, o que indica que o investidor que vive do comércio informal prefere não endividar-se, pois investe à partir do montante que ele já possui e não do que ainda está por ganhar no desempenho de sua atividade. No item referente a outros tipos de empréstimos podem estar incluídos os empréstimos nas agências de microcrédito, um ramo em franco crescimento.

A fim de identificar o crescimento do mercado informal, iremos tratar rapidamente da ampliação das agências de microcréditos no Estado, que surgem como uma alternativa para os pequenos empreendedores que querem ampliar o seu negócio, inclusive os informais.

Os agentes de crédito estão espalhados por todo o país, pertencentes a diversas instituições criadas, sobretudo nos anos 90, para operar o microcrédito⁽⁶⁾. atualmente o Brasil conta com aproximadamente 200 (duzentas) instituições que estão beneficiando vários empreendedores.

O economista e professor da Universidade Federal Fluminense, Franklin Coelho

⁽⁶⁾ Modalidade de empréstimo popular cujas diferenças em relação ao modelo convencional de financiamento são: menor burocracia na liberação dos recursos, juros ligeiramente inferiores aos do mercado bancário e dispensa de garantias, permitindo que até mesmo, empreendedores informais tenham acesso ao dinheiro. Tudo isso com a proposta básica de reduzir problemas sociais e estimular a atividade econômica como um todo (Revista PEGN – Pequenas Empresas Grande Negócios – Ano XIV, nº 159, Abril de 2002, Editora Globo. p. 48).

salienta que o crescimento dessa modalidade de financiamento tem importância vital para o desenvolvimento econômico do país, uma vez que

“numa economia cujo grau de informalidade beira os 30% do PIB, como a nossa, o microcrédito se torna fator decisivo para a expansão e também para a interiorização do desenvolvimento econômico (...). À medida que você leva crédito para uma comunidade carente ou para o interior, isso acaba sendo extremamente proveitoso para a economia de maneira geral pois você está criando mercado interno, gerando impostos e distribuindo riquezas” (PEGN, 2002:50).

Devido a maior facilidade na obtenção de empréstimos, em comparação como o sistema bancário oficial, o crédito popular também passa a ser procurado até mesmo por empresários com acesso a bancos tradicionais, embora seja focado nos empreendimentos quase ou totalmente informais, o que acaba levando à expansão do microcrédito (Tabela 8).

Tabela 8 – Evolução dos Financiamentos Populares*

Ano	Empréstimos Concedidos (em milhares de operações)	Valor emprestado (em R\$ milhões)	Municípios atendidos
1.998	43	46,5	96
1.999	66	74,1	199
2.000	74	84,5	268
2.001	90	105,8	337
2.002**	125	150	450

Fonte: Tabela criada à partir de dados da Revista PEGN. Ano XIV – nº 159. Abril 2002. Globo. 50.

(*) Com Recursos do BNDES

(**) Previsão

Estes dados indicam um grande crescimento dos financiamentos populares em que, de 1998 a 2002, os empréstimos concedidos quase triplicaram, atendendo no ano de 1998 um total de 96 municípios que saltaram para 450 em 2002, ou seja, quase quatro vezes mais municípios foram beneficiados, onde os números sobre o crescimento do volume de recursos emprestados por essas instituições comprovam, pelo menos em atendimento, o acerto de tal fórmula.

A primeira experiência latino-americana de microcrédito foi realizada no ano de 1973 em Recife, através de um programa pioneiro de crédito popular, chamado Projeto Uno, iniciado com a ajuda da Accion International, uma organização privada sem fins lucrativos criada em 1961. O projeto acabou não tendo bons resultados, mas serviu de base para o nascimento, na década de 1980, do CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos, uma ONG – Organização não-governamental que hoje está presente em 230 municípios em todo o país.

O sucesso do microcrédito teve comprovação científica, numa pesquisa feita por André Bezerra Cavalcante, em sua dissertação de mestrado para a FGV, em que ele constatou que 90% dos tomadores de empréstimos do Banco do Povo de Santo André, usado como exemplo no seu trabalho, aumentaram ou mantiveram suas vendas após fazer o financiamento; 83% tiveram aumento de receita; e 93% computaram mais receitas.

Entretanto, não se pode afirmar que a melhoria obtida pelos empreendimentos que contraíram empréstimos através do microcrédito, pode ser derivada apenas pelo fato de se ter tomado o crédito, outros fatores devem ser observados.

À partir de março de 1999 Goiás passou a contar com o Banco do Povo, uma instituição de microcrédito instalada e gerenciada nos municípios por meio de ONG's que reúnem representantes do poder público, de associações de moradores, clubes de serviços, igrejas e outras entidades organizadas. Os recursos são repassados pelo Estado (95%) e pelos municípios (5%). Os municípios ficam responsáveis pela disponibilização de salas, móveis e estrutura de funcionamento. Atualmente o Estado conta com o Banco do Povo em 81 municípios goianos, onde foram aplicados recursos totais de mais de R\$ 9 milhões, no financiamento de 8.503 microempreendimentos. A geração direta de ocupações/renda soma 17.128 postos de trabalho, ao custo médio de R\$ 546,47 por emprego gerado (Revista Economia & Desenvolvimento, jul/set de 2001: 4-6).

No Banco do Povo, o microempreendedor dispõe de crédito para financiar seu negócio a partir de R\$ 300,00, valor que pode chegar a R\$ 1.500,00. os recursos podem ser utilizados para a compra de matéria-prima e aquisição de equipamentos ligados a atividade exercida.

Após apresentada sucinta abordagem das instituições de microcrédito em Goiás, relevante quanto ao tema da pesquisa, uma vez que o município de Anápolis também está sendo atendido por este benefício, com um valor inicial de R\$ 500 mil e que atualmente atinge mais de R\$ 680 mil aplicados, as análises feitas à partir dos dados do IBGE, sobre a economia informal urbana em Goiás serão retomados.

2.2.3.2 – Aumento da informalidade em Goiânia – Camelôs:

Estudar a informalidade em Goiânia justifica-se pelo fato de ser a capital do Estado, de estar próxima a Anápolis e de Goiânia e Anápolis estarem constituindo um eixo de crescimento e concentração de população, funcionando portanto como referencia importante para estudar o comportamento da população que faz da informalidade sua estratégia de sobrevivência nas cidades de maior parte no Estado.

No ano de 1987, a cidade de Goiânia comportava nas principais vias do centro da cidade, aproximadamente 700 ambulantes. Após 15 anos esse número quase triplicou, pois atualmente a cidade conta com 1.858 comerciantes informais, o que significa um crescimento de 165,43%, segundo dados da SEDEM – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Esta invasão das vias centrais de Goiânia acontece também em Anápolis, cidade que no ano de 1986 inaugurou seu primeiro camelódromo, para abrigar esses comerciantes e hoje os camelódromos também multiplicaram-se, como será mostrado no próximo capítulo.

Um problema que Goiânia enfrenta, assim como Anápolis, é a tentativa de remover os ambulantes das vias centrais para locais apropriados, medidas que trazem resultados inicialmente, mas o retorno desses ambulantes às vias principais é garantido.

Eles possuem uma rotatividade bastante elevada quando analisado a sua permanência nos camelódromos. Aceitam a Concessão Municipal para o uso dos boxes dos camelódromos e pouco tempo depois vendem esse direito para terceiros e retornam para as ruas.

Em Goiânia esta parece ser a maior preocupação do Poder Público, conforme afirma a secretária do Desenvolvimento Econômico de Goiânia, Olívia Vieira,

“a Prefeitura tem pela frente o desafio de impedir que as avenidas centrais voltem a ser ocupadas pelos ambulantes. A maior parte deles está concentrada na Avenida Goiás – são 879 bancas – e a Avenida Anhanguera, onde são 726 ambulantes. Estas vias já foram desocupadas em iniciativas anteriores, mas voltaram a ser tomadas pelas suas bancas de produtos variados”. (O Popular, 14.05.02: Cidades –3).

Esta é aliás uma problemática criada em todo o país. Os ambulantes ocupam as vias principais em grande número, e a partir daí reclamam os comerciantes estabelecidos, pois eles se instalam na frente das lojas, as vezes vendendo até mesmo produtos semelhantes, reclama a população pois caminhar pelas calçadas destes locais passa a ser uma aventura, trava-se então uma disputa pelo espaço entre pedestre e ambulante. Reclamam os moradores do local, – quando há porque as vias ocupadas pelos ambulantes possuem em sua maioria estabelecimentos comerciais à sua volta, por tratarem-se de vias centrais, – pelo barulho que os ambulantes fazem, com suas cantorias e rimas para atrair a atenção dos fregueses... E aí todo mundo pressiona o Poder Público para que os ambulantes sejam removidos, e estes, por sua vez resistem,

pois é ali o local de maior movimento de pessoas que acabam comprando os seus produtos.

O Poder Público responde com medidas que acabam retardando a resolução do problema, como por exemplo vemos em Goiânia que, nos últimos anos, a Prefeitura adotou várias medidas para conter a ocupação das vias pelos ambulantes, entretanto,

“várias administrações prometeram soluções, mas somente medidas paliativas foram tomadas, como a construção de camelódromos e shoppings populares. Depois de 15 anos de debates, o projeto Mercado Aberto é a mais recente proposta idealizada pelo Poder Público para solucionar o problema” (O Popular, 14.05.02: Cidades-3).

Neste projeto de construção do Mercado Aberto, idealizado pela administração de Goiânia, propõe-se dotá-lo de infra-estrutura, como banheiros, fraldários, copa, guarita para policiais, provadores de roupas, além de praças de alimentação. A idéia é a de construí-lo na Avenida Paranaíba (entre as Ruas 74 e 68).

Mas a Prefeitura, que tem a intenção de concretizar esta idéia até julho deste ano, tem ainda muitos obstáculos para enfrentar: os ambulantes, pois, segundo o presidente do Sindicato de Ambulantes de Goiânia (SINCATEI), o Sr. Luciano Rodrigues Siqueira,

“não admite discutir o projeto se alguns tópicos não forem alterados” (O Popular, 14.05.02: Cidades-3).

Outro obstáculo que a Prefeitura deverá enfrentar é com relação ao local onde se pretende construir o Mercado Aberto, que atualmente é ocupado por moradores dos prédios vizinhos, que o utilizam como estacionamento, pois alguns prédios da Paranaíba não contam com garagens.

A administração do Mercado Aberto será dada através de gestão colegiada; e o retorno dos ambulantes às vias centrais será impedido por vigilância constante.

A fim de visualizar os problemas enfrentados pelos camelôs em Goiânia, que exercem suas atividades no Centro Comercial Popular, o primeiro da capital, perceber-se que, medidas paliativas adotadas pelo Poder Público, como a construção de camelódromos, acabam resolvendo parcialmente um problema, – que é a remoção dos ambulantes das ruas, – e criando outro problema: má conservação por falta de manutenção dos camelódromos, e uma estrutura como no caso de Anápolis, que coloca em risco a vida de muitas pessoas...

A criação do Centro Comercial Popular em Goiânia foi em 1987 à partir da desocupação do antigo Mercado Municipal. O popular “Camelódromo⁽⁷⁾”, nasceu de

uma negociação entre os camelôs que trabalham na Avenida Goiás e o governo estadual.

Atualmente o camelódromo comporta 564 bancas, das quais 350 estão sendo utilizadas para o ramo de confecções. O fluxo diário de clientes gira em torno de 1.500 pessoas. A área onde funciona o camelódromo pertence à Prefeitura, responsável pela distribuição do termo de permissão de uso. Mensalmente, a Secretaria da Fazenda cobra de cada camelô uma taxa de R\$ 19,50. O valor cobrado individualmente falando parece ser razoável, ou seja, não prejudica o faturamento do camelô. Mas analisada coletivamente, gera uma renda mensal de R\$ 10.998,00, para despesas de água, luz e conservação. Este valor, se bem administrado, e se fosse realmente e em sua totalidade destinado à manutenção do camelódromo, não iria gerar uma situação tal qual os camelôs enfrentam, pois, segundo o presidente da Associação dos Trabalhadores do CCP,

“o lugar requer providências do Poder Público e urgentes reformas como a instalação de um sistema de ventilação, mudança de piso e troca das barracas feitas de lata, a construção de sanitários e de rede de esgoto” (Dossiê de Goiás, 1.996: 113).

O presidente do CCP ressalta ainda que o camelódromo enfrenta diminuição do movimento em decorrência da falta de conforto do lugar. Ele diz ainda que atualmente por volta de 5.000 pessoas trabalham direta ou indiretamente no desenvolvimento das atividades do CCP. Ele reafirma ainda a

⁽⁷⁾É um neologismo. Palavra formada pela sufixação (ódromo).

“importância social de espaços para esse tipo de centros populares, existentes hoje em cidades como Anápolis, Curitiba, Brasília e Rio de Janeiro, e lembrou que quase ninguém é camelô por opção, e sim por força da situação econômica. Se os CCP's não existissem, essas pessoas estariam em situação econômica muito pior, é uma oportunidade de as pessoas crescerem, tornarem-se empresários, procurarem crescer lá fora” (Dossiê de Goiás, 1996: 113).

Falta então iniciativa tanto do Poder Público quanto dos camelôs, onde através de uma ação conjunta, cobrança versus tomada de atitudes acertadas, os problemas existentes neste setor poderiam ser melhor solucionados.

O comércio popular, além dos ambulantes ou camelôs tem em grande medida, pessoas que desenvolvem suas atividades em feiras livres, que acabam tornando-se bastante conhecidas, pois passam a fazer parte da história da cidade.

Afim de demonstrar o crescimento da informalidade, também proporcionado pelo crescimento destas feiras, serão destacadas algumas características das principais feiras da capital.

2.2.3.2. – Principais Feiras Livres de Goiânia:

É interessante observar como os governantes, num processo de conciliação com a informalidade, se preocupam com locais para que eles exerçam suas ocupações sem maiores perturbações ao livre transitar pela cidade. Isso demonstra a importância deste segmento, não só no que se refere à emprego e renda, como também para esta população, o que implica na dinamização da economia no seu todo.

Em Goiânia acontecem diversas feiras livres, que comercializados os mais variados produtos, que vão desde hortifrutigranjeiros, utensílios domésticos, artigos de confecção, artesanatos, dentre outros.

Dentre essas existem na capital, as mais conhecidas por atenderem clientes dos diversos segmentos sociais, sendo: a Feira Hippie, a Feira do Sol e a Feira da Lua. Para destacar o crescimento deste ramo de atividade informal, serão apontados alguns dados que indicam esta ampliação.

FEIRA HIPPIE – Localizada no Centro da cidade, e atualmente se volta mais para revendedores e segmentos de renda média e média baixa. Foi criada ainda na década 70 por um pequeno grupo de hippies, que passaram a reunir-se todos os domingos, a fim de expor seus trabalhos artesanais, como uma alternativa de viver e trabalhar. Com o tempo, esse grupo foi crescendo, inclusive com a adesão de outros artesãos.

O local escolhido para a reunião destes jovens era, inicialmente a Praça Cívica, e o que esta feira tem de peculiar é que surgiu naturalmente, sem a interferência do Poder Público.

O crescimento da feira trouxe consigo a descaracterização da proposta inicial, pois atualmente são comercializados no local, produtos tais como: confecções, calçados,

bijuterias, alimentos e produtos do Paraguai. A feira passa então a ser a fonte de renda de milhares de pessoas que ali desenvolvem suas atividades.

Esta descaracterização da Feira Hippie também ocorreu com a Feira Artesana de Anápolis, onde a iniciativa de sua criação foi a de destinar um espaço aos artesãos anapolinos, para que pudessem comercializar os seus produtos. E hoje, assim como em Goiânia, a quase totalidade dos produtos vendidos é de confecções de vestuário, pois na Feira Hippie, atualmente e

“segundo a Coordenação do Apoio ao Trabalhador, cerca de 85% dos produtos da feira são confecções de 15% de artesanato, bijuterias, importados e alimentos (Dossiê de Goiás, 1996:115)”.

A Feira Hippie que teve início com um pequeno grupo de hippies, hoje congrega 6.000 (seis mil) expositores. E sustenta ainda uma lista de espera de 2.800 (dois mil e oitocentos) expositores que aguardam a oportunidade de levar os seus produtos, à maior e mais tradicional, feira de Goiânia.

A feira conta inclusive com sistema de rádio utilizado pelos seus expositores – isso demonstra a força que o comércio informal vem tomando nos últimos tempos, com o crescimento do número de pessoas ligadas a estes ramos de atividades.

FEIRA DO SOL – Através da iniciativa da Prefeitura de Goiânia no ano de 1.90 foi criada a Feira do Sol. Inicialmente a idéia era a de formar uma feira itinerante, para funcionar a cada domingo, em lugares diferentes, mas a sua adaptação acabou definido a Praça do Sol como local permanente, daí o seu nome ser Feira do Sol.

Atualmente a feira conta com 240 (duzentos e quarenta) expositores dispostos de acordo com os produtos oferecidos que são: confecção, alimentação, perfumes e expositores de cães, sendo que os produtos em destaque são: quadros de artistas goianos, plantas e alimentação. A feira conta ainda com um parque infantil.

Segundo estimativa feita pela coordenação da feira, a cada domingo aproximadamente 10.000 (dez mil) pessoas circulam no local. A fila de espera para expositores que desejam comercializar seus produtos nesta feira é formada por mais de 300 (trezentas) pessoas.

A feira oferece ainda para os seus consumidores uma programação artística com rodas de capoeira, shows musicais, teatros e outras atrações culturais.

FEIRA DA LUA – Esta feira está localizada em área nobre da cidade e atende pessoas de renda média alta. Recebe este nome por funcionar no período da noite,

dezesesseis às vinte e três horas. Foi criada no ano de 1.993 e funciona na Praça Tamandaré.

Atualmente a feira oferece produtos tais como: tortas, doces, plantas ornamentais, confecção de roupas e artigos necessários para casa, artesanato indígenas, calçados, objetos exotéricos através de 883 expositores.

Apesar de ter sido criada mais recentemente, em relação às Feiras Híppie e do Sol, a Feira da Lua é também bastante freqüentada.

Considerações Finais

O Estado de Goiás vem, ao longo de seu desenvolvimento enfrentando problemas e obstáculos, como vimos anteriormente que retardam o seu crescimento, inclusive problemas sociais, causado entre outros fatores, pelo acentuado êxodo rural que apresenta.

Conta ainda com uma grande concentração populacional em determinados municípios, causando um desenvolvimento desigual, regionalmente falando.

Apesar disto, destaca-se na agropecuária e vem aumentando, aos poucos, o número de indústrias no Estado, além de oferecer uma produção de grãos considerável, inclusive no mercado nacional.

Dentre outras características que o Estado possui, aponta-se a sua economia informal, que apresentou grande crescimento como visto anteriormente.

Este setor da economia apresenta crescimento não somente no Estado, mas em todo o país. Milhares de pessoas, que trabalham em atividades informais buscam desde a sobrevivência, á complementação da renda familiar, enfim, é uma alternativa de trabalho que abrange uma grande parcela da população.

Buscou-se através dos dados fornecidos pelo IBGE sobre a economia informal urbana em Goiás, bem como a abordagem das feiras mais conhecidas em Goiânia, demonstrar o volume de pessoas ligadas a este setor, retratando o seu crescimento.

O mercado informal, apesar dos problemas que acaba trazendo, como por exemplo a superlotação das principais avenidas dos centros das cidades, também trazem benefícios às pessoas nele envolvidas, pois, para muitos representa a única opção de sobrevivência, pois gera empregos diretos e indiretos para um grande contingente populacional.

ANEXO

FICHAS DE LIBERAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ALVENARIA ESTRUTURAL

- CONDIÇÕES PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS DE ALVENARIA
 1. Projeto de Alvenaria do Pavimento entregue e revisado
 2. Projeto de Instalações entregue e revisado
 3. Projeto de Pré-Moldados entregue e revisado
 4. Definido aquisição / fabricação de Pré-Moldados
 5. Definido Projeto de Contra-Piso
 6. Definido Sistema de Caixilharia (fixação, vãos, peitoril, gabarito)
 7. Definido Sistema de Portas (vãos, envolvente ou madeira, bandeira, gabarito)
 8. Definido Processo Construtivo de bonecas e projeções inclinadas
 9. Definições em varandas (rebaixos, portas, gradil)
 10. Entrega e ensaios da 1º remessa de blocos

11. Definição e Ensaio de Argamassa de assentamento

12. Equipamentos, Centrais e Ferramentas disponíveis

13. Contrato com o empreiteiro assinado

- CONDIÇÕES PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS DE MARCAÇÃO

1. Colocação de guarda-corpo metálico e corda no perímetro

2. Limpeza da laje

3. Nível da laje (ponto crítico)

4. Blocos e argamassa no pavimento

5. Reprojeto 1ª fiada pronto

6. Equipamentos instalados

7. Escoramentos com carência atendido

8. Escada de acesso executada

9. Ensaio de Resistência a Compressão (Prismas, blocos, argamassa)

10. Ensaio de Aderência (Prisma)

- CONDIÇÕES PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS DE ELEVAÇÃO

1. Limpeza da laje

2. Nível 1ª fiada

3. Espessura 1ª junta horizontal

4. Dimensões dos cômodos

5. Prumo dos cantos externos

6. Esquadro / Alinhamento

7. Espessuras das juntas verticais

8. Pontos de Instalação Elétrica
9. Aberturas de vãos (portas e shafts)
10. Blocos soltos 1ª fiada
11. Colocação dos escantilhões

FICHAS DE CONTROLE DE EXECUÇÃO

MARCAÇÃO DA ALVENARIA ESTRUTURAL

- CONTROLE DO PROCESSO
1. Limpeza da laje
 2. Nível da laje (pontos de referências)
 3. Prumo e nível dos cantos externos
 4. Esquadro e fechamento das medidas
 5. Complementação 1ª fiada
 6. Junta seca vertical
 7. Junta horizontal
 8. Nível 1ª fiada
 9. Posição dos pontos de instalações
 10. Argamassa de assentamento do escantilhão
 11. Argamassa de assentamento dos blocos
 12. Nível e prumo dos escantilhões

- 13. Rebarbas de massa
- 14. Operação com os equipamentos
- 15. Manuseio dos materiais
- 16. Terminalidade
- 17. Segurança do trabalho

- CONTROLE DE LIBERAÇÃO PARA ELEVAÇÃO / GABARITOS

- | | |
|---|------------------------|
| 1. Desvio entre diagonais | 10 mm |
| 2. Prumo dos cantos | 2 mm / m |
| 3. Alinhamento | 2 mm / régua de 2,40 m |
| 4. Nivelamento fiadas | 2 mm / m |
| 5. Juntas verticais | 5 mm |
| 6. Abertura dos vãos | 5 mm |
| 7. Esquadro entre paredes | 2 mm / m |
| 8. Resistência a compressão dos blocos | projeto |
| 9. Resistência a compressão prisma oco | projeto |
| 10. Resistência a compressão prisma cheio | projeto |
| 11. Resistência a compressão da argamassa | projeto |
| 12. Resistência a aderência do prisma | projeto |
| 13. Terminalidades e perdas | projeto |

ELEVAÇÃO DA ALVENARIA ESTRUTURAL

- CONTROLE DO PROCESSO
 1. Excessos de argamassa
 2. Espessura / Nível das juntas verticais
 3. Pontos de graute
 4. Instalações das áreas grauteadas
 5. Instalações em geral
 6. Colocação contra-marcos
 7. Colocação batentes (sentido abertura)
 8. Vergas e contra-vergas
 9. Escada
 10. Nível das paredes
 11. Prumo das paredes
 12. Amarração das paredes / interpenetração entre paredes
 13. Nível do respaldo
 14. Operação dos equipamentos
 15. Manuseio dos materiais
 16. Segurança no trabalho
 17. Terminalidade

- CONTROLE DE LIBERAÇÃO PARA CONCRETAGEM DA LAJE
1. Prumo das paredes
 2. Nivelamento das fiadas
 3. Espessura das juntas horizontais
 4. Planicidade das paredes
 5. Prumo dos marcos das esquadrias
 6. Dimensão dos vãos de janelas
 7. Posicionamento de vergas / contra-vergas
 - 7 Terminalidade e perdas

BLOCO É OPÇÃO PARA TODOS OS BOLSOS

Os blocos de cimento comum são usados em larga escala em diversos tipos de construção, desde casas populares até grandes edifícios. Além da resistência maior que os blocos de boa qualidade podem oferecer, um dos motivos desta grande demanda consumidora por blocos, é o custo.

Um dos fabricantes do setor, Carlos Alberto Mendes, garante que os blocos são mais econômicos numa construção pelo preço, que é baixo, se comparado a outros tipos de fechamento para paredes e estruturas e, principalmente, porque despendem menos material no assentamento e menos unidades.

“Os blocos são, na maioria das vezes, maiores que os tijolos existentes no mercado. Assim, uma construção com blocos de cimento vai exigir, menos unidades que uma construção feita por tijolos”.

No entanto, Mendes adverte que toda economia que a utilização de blocos tem condições de proporcionar pode ir por terra se a pessoa não escolher o melhor tipo de bloco, que se adapte à sua construção.

E não são poucos modelos. Só de bloco de cimento, existe o para vedação, o estrutural, o padrão, o popular e o bloco aparente. Cada um destes possui uma característica própria que deve ser observada no momento da compra.

BLOCO PADRÃO OU POPULAR, EIS A QUESTÃO:

É fácil diferenciar o bloco popular do aparente. O acabamento do popular é mais rústico e o tamanho menor com divisórias internas que podem ter espessuras irregulares.

Mesmo sendo padrão e de qualidade, a forma inadequada de manipular o bloco pode danificá-lo. O indicado é pegar pela divisória interna sem bater os cantos.

A primeira divisão que se deve fazer entre os blocos de cimento, é que existem blocos padrão e blocos chamados de populares. Esta divisão se refere às dimensões de cada bloco.

O bloco padrão atualmente é encontrado no mercado com o seguinte tamanho: 14 cm de largura, 19 cm de altura e 39 cm de comprimento. Anteriormente eram de 15 cm x 20 cm x 40 cm.

Os profissionais do ramo garantem que, além da qualidade do bloco padrão ser superior a do bloco popular, o fato de o padrão ser de

dimensões maiores, faz com que o preço final da construção saia mais baixo porque é menor a quantidade de blocos utilizada na obra.

Já os blocos populares não possuem uma medida específica, sendo menores que o bloco padrão. Há casos, inclusive, que num mesmo lote de blocos populares, haja unidades com medida diferentes.

O preço do milheiro do bloco popular é mais baixo, mas, pelo fato de precisar de mais unidades, Mendes afirma que o bloco popular não acaba sendo grande economia.

No entanto, cada metro quadrado da parede de uma residência normal necessita, aproximadamente, de 12,5 blocos padrão. Para o mesmo metro quadrado da parede ser vedado com blocos populares, necessitaria de 17 unidades, pelo fato de os blocos populares terem dimensão menor.

Blocos são maiores que boa parte dos tijolos existentes no mercado, por isso, tendem a serem mais econômicos na obra.

O bloco popular é mais rústico, exigindo obrigatoriamente acabamento com massa, o que não ocorre com o bloco padrão. Além disso, por ser menor e não ter uma medida padrão, o bloco popular pode deixar vãos e espaços nas paredes, que devem ser preenchidos com mais massa, havendo aí o uso de uma quantidade maior de material.

O custo de massa de reboque no acabamento pode ainda ser ampliado porque muitos blocos populares são tortos e desalinhados.

A utilização de blocos maiores faz com que a construção ganhar no tempo. "Uma casa que utiliza blocos padrão, também pelo número menor de quantidades, é certamente erguida muito mais rapidamente".

Pelo fato do bloco que não é padrão tender a ser menos resistente, há mais perdas durante o transporte e o carregamento, que é mais fácil este tipo de bloco quebrar quando é submetido a leves atritos.

BLOCO ESTRUTURAL X BLOCO DE VEDAÇÃO:

Os blocos de cimento ainda podem ser divididos em blocos de vedação e blocos estruturais.

Os chamados blocos de vedação são aqueles usados, simplesmente para o fechamento das paredes o tipo mais comum.

Neste caso, a estrutura das casas é constituída por pilares e vigamentos de concreto. Os blocos simplesmente "tamparão" os vãos entre os pilares.

Os tipos bloco padrão ou bloco popular citados acima são para vedação.

Quanto à forma de assentamento, precisam ser colocados na horizontal e unidos com massa simples, a base de cal, areia e cimento misturados com água.

São mais baratos e usados em larga escala na base das construções, logo acima do alicerce, por serem mais resistentes e maiores.

Os blocos de vedação, porém, podem também ser usados na construção toda, desde o alicerce até a parte superior, desde que os vigamentos e pilares suportem os blocos, que são mais pesados que os tijolos.

O especialista Anderson Pompollo orienta que, a cada 1,5 m corrido de parede com bloco de vedação, seja construído uma coluna interna de concreto para fortalecer a parede.

Já os blocos estruturais dispensam vigamentos e pilares. Eles próprios são a estrutura da casa. Por este motivo o milheiro tende a ser mais caro, todavia, a economia de concreto e materiais que seriam usados nos pilares pode tornar este tipo de bloco compensador.

A obra com bloco estrutural tende a ser mais limpa, pois dispensa também madeiramento e grandes quantidades de massa na parte superior.

A arquiteta Aurora Takoshi afirma, também, que o bloco estrutura tende a ser mais resistente que o bloco comum para vedação e ter um padrão único de tamanho.

“As laterais do bloco estrutural são mais grossas. Por causa disso, além de ser mais resistente, o bloco estrutural veda, um pouco, sons externos, proporcionando um pequeno isolamento acústico”.

Mas o bloco estrutural, segundo Aurora, apresenta uma desvantagem: uma vez as paredes sendo construídas com bloco estrutural, elas não podem ser modificadas futuramente. Até mesmo as quebras das paredes para instalação elétrica e hidráulica podem ser perigosas.

Isso porque, como as paredes são a estrutura da casa, qualquer alteração pode ser prejudicial a toda a construção, que está, popularmente falando, em pé, por causa dos blocos.

Assim, as partes elétricas e hidráulicas da casa formada por blocos estruturais têm de ser feitas no momento da construção.

Consertos nos encanamentos e na fiação das casas posteriores a construção são permitidos desde que os cortes nas paredes sejam feitos nos locais específicos por onde passam os canos e os fios.

Bloco estrutural é diferente do tipo de vedação. Além de possuir apenas uma divisória interna, o acabamento é melhor.

Mão de obra para o bloco estrutural deve ser especializada, pois o processo de construção da parede é diferente. O bloco estrutural exige a colocação de uma barra de ferro no interior.

Por ser responsável pela estrutura da casa, o tipo estrutural possui laterais mais reforçadas que o bloco de vedação comum. Nestas laterais, há espaços específicos para a colocação das barras de ferro interiores.

Uma parede de blocos estruturais nunca pode levar cortes posteriores na horizontal, isso porque, é nesta posição que os blocos são assentados e, prejudicando-se o assentamento deste tipo de bloco, toda

estrutura da casa pode ser afetada, mesmo os blocos sendo bem resistentes, o espaço entre uma parede externa e outra de blocos estruturais, deve ser de, no máximo cinco metros. Além disso, em distâncias superiores, a modificação dos sistemas hidráulico e elétrico seria mais complicada, deve-se evitar a alteração de encanamento e fiação em paredes com este tipo de blocos.

A mão de obra para o assentamento do bloco estrutural deve ser qualificada. Qualquer problema de nível prumo e desalinhamento, decorrente da mão de obra, não só afeta a parte estética da casa, como também sua estrutura e resistência.

Além disso, o bloco estrutural possui um vazado interno com uma divisória. O bloco de vedação possui duas divisórias no vazado.

O bloco auto-portante dispensa a utilização de ferragem interior, o que pode ser uma economia na obra. Porém, seu preço é maior.

O bloco estrutural não pode ser quebrado depois de a parede erguida. Por este motivo, as partes elétrica e hidráulica devem ser criadas no momento da construção e “crescerem” junto com a parede.

A massa para o assentamento só deve ser colocada sobre estas divisórias e as paredes do bloco. Nunca deve-se preencher o vão interno do bloco com cimento, já que isto poderia deixar os blocos com peso muito superior e afetar também a estrutura da casa.

O bloco estrutural normal exige a colocação de uma ferragem chamada ferro de gralt, entre os vãos internos, para reforço de estrutura

na hora de erguer a parede. A colocação errada deste ferro pode acarretar problemas como desalinhamentos.

Existe um tipo de bloco estrutural, o auto-portante, que dispensa o ferro. O próprio modelo dele forma uma coluna interna, quando encaixados. No entanto, o reforço com cimento deve ser feito nos cantos, com um sistema de amarração.

Tanto para fazer esta amarração (forma de colocação dos blocos) como para fazer os encaixes necessários, a mão de obra deve ser especializada.

GLOSSÁRIO

1. Programa Fomentar – O Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás – FOMENTAR – foi criado com o objetivo de impulsionar a industrialização do Estado de Goiás. Ele proporciona meios eficazes de viabilizar a implantação de novas unidades industriais ou expansão das já existentes. O FOMENTAR se caracteriza pelo financiamento de 70% do ICMS a ser recolhido pelas empresas beneficiárias; financiamento de 70% do ICMS devido nas importações de insumos e outras matérias-primas realizadas pelas empresas beneficiárias. Podem se beneficiar todas as indústrias de transformação de matéria-prima. O prazo limite de financiamento de 70% do ICMS a ser recolhido pela indústria é concedido por um período variável de 10 a 20 anos. Os encargos são: envolvidos de 0,6% sobre o valor do crédito aprovado, pagos parceladamente a juros mensais de 0,2% (2,4% ao ano), sem indexação ou correção monetária. As garantias exigidas são: reais (125% sobre o valor do crédito concedido) e Caução de CDBs do Banco do Estado de Goiás (10% sobre o valor de cada liberação mensal do financiamento). Desde que foi instruído, em 1.984, o FOMENTAR aprovou a instalação de 1.135 empreendimentos industriais, a maior parte deles já consolidados. Os municípios que tiveram o maior número de projetos aprovados são: Goiânia, com 255 empreendimentos; seguem-se Anápolis, 238; Aparecida de Goiânia, 132 e Trindade, 54 projetos (ANUÁRIO EMPRESARIAL – O PERFIL DA ECONOMIA GOIANA, 1.999/00: 36-7).

2. Agente de crédito – Técnico treinado para descobrir potenciais clientes, vender os serviços da instituição e ao mesmo tempo

Tabela 15 – Despesa média mensal:

Despesa mensal p/ manter a banca	Local de Atividade					
	Shop. Pop. Municipal		Shop. dos Bonecos		Feira Artesana	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Até R\$ 500,00	20	95,2	13	76,5	13	65,0
De R\$ 501,00 a R\$ 800,00	0	0,0	2	11,8	1	5,0
De R\$ 801,00 a R\$ 1.100,00	1	4,8	0	0,0	2	10,0
De R\$ 1.101,00 a R\$ 1.400,00	0	0,0	1	6,0	0	0,0
De R\$ 1.401,00 a R\$ 1.700,00	0	0,0	0	0,0	0	0,0
De R\$ 1.701,00 a R\$ 2.000,00	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mais de R\$ 2.001,00	0	0,0	1	5,7	0	0,0
Não responderam	0	0,0	0	0,0	4	20,0
Total	21	100,0	17	100,0	20	100,0

Tabela 16 – Motivo que o (a) levou à informalidade:

Motivo p/ estar na informalidade	Local de Atividade					
	Shop. Pop. Municipal		Shop. dos Bonecos		Feira Artesana	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Estava desempregado	13	62,0	4	23,5	6	30,0
Sair do emprego e trabalhar por conta própria	4	19,0	5	29,4	4	20,0
Complementar renda pois trabalha em outro local	0	0,0	2	11,8	3	15,0
Única opção disponível	1	4,7	6	35,3	5	25,0
Comercializava mercadorias nas ruas e teve que ser transferido (a) devido determinação Poder Público Municipal	1	4,7	0	0,0	0	0,0
Comercialização mercadorias no mercado formal, e devido a problemas financeiros passou para a informalidade	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros	1	4,8	0	0,0	2	10,0
Não responderam	1	4,8	0	0,0	0	0,0
Total	21	100,0	17	100,0	20	100,0

Tabela 17 – Preferência pelo trabalho formal ou informal:

Local de Atividade	Opções de emprego							
	Não		Sim		Não respondeu		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Shop. Popular Municipal	12	57,01	8	38,1	1	4,8	21	100,0
Shop. dos Bonecos	6	35,3	10	58,8	1	5,9	17	100,0

Feira Artesana	11	55,0	8	40,0	1	5,0	20	100,0
----------------	----	------	---	------	---	-----	----	-------

Tabela 18 – Propriedade de bancas:

Posse das Bancas	Shop. Pop. Municipal				Shop. dos Bonecos				Feira Artesana			
	Não		Sim		Não		Sim		Não		Sim	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Possui mais de uma banca neste local	19	90,5	2	9,5	13	76,5	4	23,5	14	70,0	6	30,0
Possui banca em outro local	21	100,0	0	0,0	17	100,0	0	0,0	14	70,0	6	30,0

Tabela 19 – Tempo de trabalho na informalidade:

Local de Atividade	Tempo de Atividades											
	Menos de 1 ano		De 1 a 3 anos		De 4 a 6 anos		De 7 a 10 anos		Mais de 10 anos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Shop. Pop. Municipal	7	33,3	11	52,4	3	14,3	0	0,0	0	0,0	21	100,0
Shop. dos Bonecos	3	17,7	14	82,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	17	100,0
Feira Artesana	2	10,0	8	40,0	8	40,0	2	10,0	0	0,0	20	100,0

Tabela 20 – Forma de aquisição das bancas:

Forma de Aquisição	Local de Atividade		
	Shop. Pop. Mun.	Shop. dos Bonecos	Feira Artesana

	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Concessão Municipal	10	47,6	0	0,0	7	35,0
Comprou	6	28,6	7	41,2	12	60,0
Sublocou	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Alugou	4	19,0	10	58,8	0	0,0
Outros	1	4,8	0	0,0	0	0,0
Não responderam	0	0,0	0	0,0	1	5,0
Total	21	100,0	17	100,0	20	100,0

Tabela 23 – Salários pagos aos empregados:

Remuneração ^(*) dos (as) empregados (as)	Local de Atividade					
	Shop. Pop. Mun.		Shop. dos Bonecos		Feira Artesana	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Não possui nenhum (a) empregado (a)	18	85,6	9	52,9	7	35,0
Familiar não remunerado (a)	1	4,8	2	11,8	4	20,0
Menos de 1 salário mínimo	1	4,8	1	5,9	5	25,0
De 1 a 2 salários mínimos	1	4,8	4	23,5	4	20,0
De 3 a 4 salários mínimos	0	0,0	0	0,0	0	0,0
De 5 a 6 salários mínimos	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Mais de 6 salários mínimos	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não responderam	0	0,0	1	5,9	0	0,0
Total	21	100,0	17	100,0	20	100,0

* Os dados observados computados registram um salário mínimo equivalente a R\$ 180,00 (Cento e oitenta reais) mensais.

Tabela 24 – Número médio de horas semanais de trabalho:

	Local de Atividade
--	--------------------

Período de funcionamento da banca	Shop. Pop. Mun.		Shop. dos Bonecos		Feira Artesana	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 40 horas	0	0,0	0	0,0	20	100,0
40 horas	4	19,0	6	35,3	0	0,0
44horas	10	47,6	5	29,4	0	0,0
48 horas	5	23,9	4	23,5	0	0,0
Mais de 48 horas	2	9,5	2	11,8	0	0,0
Total	21	100,0	17	100,0	20	100,0

Tabela 25 – Ramos de atividade:

Ramos de Atividades	Local de Atividade					
	Shop. Pop. Mun.		Shop. dos Bonecos		Feira Artesana	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Confecção	14	66,7	11	64,7	19	95,0
Alimentos	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Importados	4	19,0	2	11,8	0	0,0
Calçados	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Bijouterias	3	14,3	0	0,0	0	0,0
Celulares	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Artesanato	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Outros	0	0,0	4	23,5	1	5,0
Total	21	100,0	17	100,0	20	100,0

Tabela 26 – Origem das mercadorias:

Local de Atividade	Você produz suas mercadorias?				Total	
	Não		Sim			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Shop. Pop. Municipal	19	90,5	12	9,5	21	100,0
Shop. dos Bonecos	14	82,4	3	17,6	17	100,0
Feira Artesana	9	45,0	11	55,0	20	100,0

Tabela 30 – Demandas para melhorias nas instalações:

O que precisa ser melhorado quanto às Instalações?*	Local de Atividade					
	Shop. Pop. Mun.		Shop. dos Bonecos		Feira Artesana	
	Nº Ent	%	Nº Ent	%	Nº Ent	%
Iluminação	5	23,8	1	5,9	5	25,0
Espaço	15	71,4	12	70,6	13	65,0
Segurança	6	28,6	4	23,5	7	35,0
Sanitários	6	28,6	5	29,4	14	70,0
Limpeza	10	47,6	9	52,9	4	20,0
Outros	3	14,3	6	35,3	3	15,0
Total	45	214,3	37	217,6	46	230,0

(**) A quantidade mesurada ultrapassa o número de entrevistados pois quase todos assinalaram mais de um item.

Tabela 29 – Tamanho das bancas:

Local avaliado	O tamanho das bancas é adequado?				Total	
	Não		Sim			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Shop. Pop. Municipal	20	95,2	1	4,8	21	100,0
Shop. dos Bonecos	14	82,4	3	17,6	17	100,0
Feira Artesana	9	45,0	11	55,0	20	100,0

Tabela 31 – Ações do Poder Público Municipal para a melhoria do setor:

Grau de Iniciativa do Poder Público Municipal	Local de Atividade					
	Shop. Pop. Mun.		Shop.dos Bonecos		Feira Artesana	
	Nº Ent	%	Nº Ent	%	Nº Ent	%
Nenhuma	15	71,4	6	35,3	7	35,0
Pouca	5	23,8	1	5,9	4	20,0
Muito pouca	1	4,8	6	35,3	6	30,0
várias	0	0,0	3	17,6	2	10,0
Outros	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não responderam	0	0,0	1	5,9	1	5,0
Total	21	100,0	17	100,0	20	100,0

Tabela 32 – Existência de normas para funcionamento:

Tipo de normas	Local de Atividade					
	Shop. Pop. Mun.		Shop.dos Bonecos		Feira Artesana	
	Nº Ent	%	Nº Ent	%	Nº Ent	%
Não existe	7	33,3	5	29,4	1	5,0
Acordo entre comerciantes	6	28,6	0	0,0	4	20,0
Decreto da Prefeitura	2	9,5	0	0,0	0	0,0
Síndico	4	19,0	10	58,8	0	0,0
Sindicato	1	4,8	2	11,8	0	0,0
Associação	0	0,0	0	0,0	11	55,0
Outros	0	0,0	0	0,0	1	5,0
Não responderam	1	4,8	0	0,0	3	5,0
Total	21	100,0	17	100,0	20	100,0

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)